



Parte
do
CUT
DF



CUT
CNE



Associação
Internacional
da Educação

Sinpro Mulher

Ano II - Edição 02 - Junho de 2015
www.sinprodf.org.br

MEXEU COM **UMA,**
MEXEU COM **TODAS**



Uma iniciativa da SECRETARIA DE
ASSUNTOS E POLÍTICAS PARA AS
MULHERES EDUCADORAS do



APRESENTAÇÃO

A Pop Art é uma escola de artes visuais que usa em suas representações pictóricas imagens de natureza popular. Originado nos Estados Unidos e na Inglaterra, o movimento foi batizado, em 1954, com o nome Pop Art pelo crítico inglês Lawrence Alloway, ao referir-se a tudo que era produzido pela cultura de massa no hemisfério ocidental.

Um dos artistas que mais sobressaíram nesse movimento foi o norte-americano Andy Warhol. Ele explorou a relação entre expressão artística, cultura da celebridade e propaganda que floresceu na década de 1960. As imagens mais populares produzidas por ele são dos Beatles e da atriz Marilyn Monroe.

A Pop Art surgiu como um retorno da arte figurativa, contrapondo-se ao Expressionismo alemão que, na época, primeira metade do século XX, dominava a cena artística. Naquele período de florescimento da Pop Art, havia também um fervoroso surgimento dos primeiros conceitos de comunicação social e, dentre as concepções em debate, destacava-se a Escola de Frankfurt, que trazia o conceito de indústria cultural para o contexto da comunicação.

Os filósofos Theodor Adorno e Max Horkheimer, criadores da Escola de Frankfurt discorriam sobre a expressão indústria cultural para expressar a mercantilização de toda a criação humana, incluindo a de cunho cultural. Nos anos 1960, esses conceitos se misturaram e se popularizaram com as ideias de cultura em massa, do culto às imagens televisivas, às fotos, às histórias em quadrinhos, às cenas impressas nas telas dos cinemas, à produção publicitária, e o sucesso de artistas como Warhol.

E foi com base nesse conceito que a Secretaria de Mulheres Educadoras e a equipe de jornalistas do Sinpro-DF conceberam a edição 2015 da revista Sinpro Mulher. Textos e imagens trazem a cena do dia a dia nas escolas e da categoria docente, bem como a temática político-pedagógica que prevaleceu no país e, sobretudo, no Distrito Federal no primeiro semestre de 2015.

A ideia de distribuir os textos num ambiente gráfico que homenageia e resgata a pop art surgiu a partir da visualização do quadro Dandara Liberdade, da estudante de artes plásticas Rayra Sany Dias Correa, cuja fotografia se tornou a capa da revista. Ela fez o Ensino Fundamental e Médio na rede pública do Distrito Federal.

Dandara Liberdade é o segundo quadro da vida de Rayra. Ela conta que a inspiração para a elaboração dele foi provocada pela atividade pedagógica Mulheres Negras, da professora de artes Rosângela Pacheco, desenvolvida em sala de altas habilidades do Centro de Ensino Fundamental 01 do Guará. A estudante diz que explorou as cores fortes e um jeito estiloso e chamativo de retratar a mulher negra porque gosto muito de cores vibrantes.

Assim, o desenho do designer gráfico Samuel de Paula, inspirado na Pop Art, interage com os conteúdos fortes, retratados pela equipe de jornalistas do Sinpro-DF. Aproveite e ótima leitura!

Diretoria Colegiada do Sinpro-DF



EXPEDIENTE

Coordenação editorial:

Secretaria de Mulheres Educadoras
Eliceuda França, Neliane Cunha, Vilmaria Carmo

Secretaria de Imprensa:

Cláudio Antunes, Cleber Soares e Samuel Fernandes

Coordenação de reportagem, texto final e edição:

Carla Lisboa (Registro Profissional: 1635/DRT-DF)

Reportagem:

André Barreto, Carla Lisboa, Luis Ricardo, Tomaz Alvarenga

Projeto gráfico e diagramação:

Samuel de Paula

Capa:

Produzida por Samuel de Paula a partir de uma fotografia de Deva Garcia do quadro Dandara Liberdade, da estudante Rayra Sany Dias Correa.

Fotografias:

Deva Garcia (RP: 10083/Fenaj-DF), ECOM e Arquivo Sinpro-DF

Tiragem:

32.000 exemplares

Gráfica:

Dallas Gráfica e Editora
Setor de Indústrias Gráficas de Taguatinga
Conjunto H lote 2 - Loja 01
Taguatinga Norte
(61) 3336 6636 - dallas2010.grafica@gmail.com

DIRETORIA COLEGIADA DO SINPRO - TRIÊNIO 2013-2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO

Carlos Cirane - Coordenador
Cláudia Bullos
Washington Dourado

SECRETARIA DE ASSUNTOS DOS APOSENTADOS

Isabel Portuguez de S. Felipe - Coordenadora
Francisco Raimundo (Chicão)
Sílvia Canabrava

SECRETARIA DE ASSUNTOS CULTURAIS

Marco Aurélio G. Rodrigues - Coordenador
Elaine Amâncio Ribeiro
Wijairo José da C. Mendonça

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS E TRABALHISTAS E SOCIOECONÔMICOS

Dimas Rocha - Coordenador
Ison Veloso Bernardo
Cássio de Oliveira Campos

SECRETARIA DE ASSUNTOS E POLÍTICAS PARA AS MULHERES EDUCADORAS

Eliceuda Silva França - Coordenadora
Neliane Maria da Cunha
Vilmaria Pereira do Carmo

SECRETARIA DE FINANÇAS

Rosilene Corrêa - Coordenadora
Luiz Alberto Gomes Miguel
Geraldo Benedito Ferreira

SECRETARIA DE FORMAÇÃO SINDICAL

Nilza Cristina G. dos Santos - Coordenadora
Magneete Barbosa Guimarães
Fátima de Almeida Moraes

SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO

Cláudio Antunes Correia - Coordenador
Cleber Ribeiro Soares
Samuel Fernandes

SECRETARIA DE RAÇA E SEXUALIDADE

Wiviane Farkas - Coordenadora
Jucimeire Barbosa (Meire)
Delzair Amancio da Silva

SECRETARIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR

Maria José Correia Muniz - Coordenadora
Manoel Alves da Silva Filho
Gilza Lúcia Camilo Ricardo

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA

Julio Barros - Coordenador
Luciana Custódio
Francisco Assis

SECRETARIA DE POLÍTICA EDUCACIONAL

Berenice D'arc Jacinto - Coordenadora
Fernando Reis
Regina Célia T. Pinheiro

SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS

Gabriel Magno - Coordenador
Iolanda Rodrigues Rocha
Polyelton de Oliveira Lima

CONSELHO FISCAL

Gardênia Lopes dos Santos
Maria Cristina Sant'ana Cardoso
Jailson Pereira Sousa
Marcos Alves Pires
Regina Márcia de Assis Santos

ÍNDICE

EDITORIAL - É COR DE ROSA CHOQUE.....	06
PETROBRAS - PETROBRAS ESTATAL É A GARANTIA DE UM ENSINO PÚBLICO DE QUALIDADE.....	08
PETROBRAS - A SOBERANIA ALIMENTAR NO QUINTAL DE CASA.....	10
ENTREVISTA - UMA MARIA COM FÉ NA VIDA.....	14
ARTIGO - ENSINAR EXIGE A CONVICÇÃO DE QUE A MUDANÇA É POSSÍVEL.....	17
MULHER E PODER - NAS ESCOLAS, MULHERES DE ATENAS.....	18
ARTIGO - AS MULHERES LUTAM PARA SEREM RECONHECIDAS COMO SUJEITOS POLÍTICOS E COM DIREITOS IGUAIS.....	23
RACISMO - A DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO.....	24
REFORMA POLÍTICA - UMA REFORMA POLÍTICA PARA DEMOCRATIZAR A DEMOCRACIA.....	26
ARTIGO - A MULHER E O TRABALHO: ENCONTRANDO O PRAZER NA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE.....	29
MULHER TRABALHADORA - O DRAMA DE QUEM SE DEDICA A EDUCAR.....	30
DIREITOS LGBT - A FELICIDADE NÃO TEM SEXO.....	32
SUGESTÕES DE FILMES E LIVROS.....	35
COMBATE À VIOLÊNCIA - FAÇA BONITO! PROTEJA NOSSAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	36
V ENCONTRO DE MULHERES - HORA DE ULTRAPASSAR OS MUROS DA ESCOLA.....	38

É COR DE ROSA CHOQUE

Diz a letra da música Cor de Rosa Choque, de Rita Lee, que “mulher é bicho esquisito, todo mês sangra, por isso não provoque, é cor de rosa choque, por isso não provoque...”. É com esse sentimento que nós, mulheres educadoras, apresentamos a edição 2015 da revista Sinpro Mulher. Trata-se da segunda edição, elaborada num período de turbulência na educação básica do Distrito Federal.

Vivemos uma disputa na capital do país em que, de um lado, lutamos pela aprovação e implantação de um Plano Distrital de Educação (PDE). De outro lado, lutamos contra a imposição do conceito neoliberal de choque de gestão, de arbitrariedade por meio de leis para amordaçar professoras (es), de portarias e de circulares que visam a inibir nossa ação democrática.

Mas não vamos nos calar!

É de nossa natureza enfrentar todo tipo de preconceitos e violências.

Diante da crise por que passa a democracia e da ameaça aos direitos conquistados das/dos trabalhadoras/os, nós, mulheres, maioria na educação básica aqui no DF e no país, entendemos que nossa tarefa de educar vai além do espaço da sala de aula. Nosso lugar é em todo lugar, em qualquer lugar, é onde a gente quiser estar. É preciso coragem para assegurar que a educação seja a grande força que nos move rumo à continuidade da luta por uma sociedade verdadeiramente justa e fraterna. E coragem para isso a gente tem!

Nesta segunda edição da revista Sinpro Mulher, apresentamos experiências de mulheres educadoras, socialistas e feministas que nos ensinam, a partir de suas vidas, a reflexão e a ação de mudança no nosso espaço escolar ou comunitário. Temos uma entrevista com Maria da Penha e sua luta incansável no enfrentamento à violência doméstica; um artigo de Gina Vieira, professora do CEF 12 de Ceilândia-DF, e o projeto pedagógico Mulheres Inspiradoras; uma reportagem sobre o Projeto Agrofloresta das educadoras ambientais Kelly e Ceíça posto na prática no Assentamento Três Conquistas, na área rural do DF.

Outra reportagem nos estimula a compreender nosso papel perante uma nova



concepção de família, a conhecer exemplos de vida e a debater com responsabilidade a homoafetividade. É preciso dar uma basta à violência sexual contra crianças e adolescentes e cobrar do Estado políticas públicas por meio da pressão popular, de campanhas educativas e de prevenção, participando e fortalecendo o movimento coordenado por várias mulheres em lugares diferentes no DF e no Brasil.

As reportagens nos mostram os desafios que temos para defender nosso patrimônio, a Petrobras, a partir do olhar da coordenadora do Coletivo Nacional de Mulheres Petroleiras da FUP (Federação Única dos Petroleiros), Anacélie Azevedo, mulher petroleira; para desconstruir o preconceito racial contra as mulheres negras na ótica da luta de sindicalistas como Cleusa Maria de Jesus, presidenta do Sindomésticos-BA. Estimulamos também a reconhecer a relevância da ação de mulheres, como Guacira Oliveira, coordenadora do CFEMEA, incansáveis na elaboração e defesa de leis que nos impulsionam à maior participação política das mulheres, nos espaços de poder e decisão.

O Sinpro-DF sempre esteve na luta por igualdade de direitos e de participação entre mulheres e homens. Ao longo de sua história, consolidou ações e políticas que fundamentam essa prática por meio da criação e fortalecimento da Secretaria de Mulheres Educadoras, espaço de nosso sindicato que encaminha a política de gênero. Nessa perspectiva, o V Encontro de Mulheres Educadoras, com o tema MEXEU COM UMA, MEXEU COM TODAS, nos 19 e 20 de junho, foi espaço de debate de ideias e de definição de estratégias para fortalecer a luta feminista e socialista. Reconheceu que ser mulher educadora vai além do papel social de ser professora.

**"BASTA DE PRECONCEITO,
BASTA DE VIOLÊNCIA, BASTA DE
DESRESPEITO, EU VOU À LUTA,
POR ISSO NÃO PROVOQUE,
É COR DE ROSA CHOQUE!"**

Com a terceira edição do prêmio MULHER EDUCADORA – CIDADÃ DO MUNDO, homenageou 36 mulheres. Esse número é uma referência à idade de nossa organização sindical, que neste ano completou 36 anos. As homenageadas ousaram e desafiaram a ordem estabelecida a partir de uma educação sexista e machista e foram à luta.

Torcemos para que, na próxima edição, você, companheira educadora, seja motivo de notícia nesse espaço, pois a revista Sinpro Mulher – Edição 2015 tem o papel de provocá-la, de desafiá-la, de encorajá-la a encher o peito e dizer: "Basta de preconceito, basta de violência, basta de desrespeito, eu vou à luta, por isso não provoque, é cor de rosa choque!"

Eliceuda França
Coordenadora da Secretaria de Mulheres Educadoras Sinpro-DF

PETROBRAS ESTATAL É A GARANTIA DE UM ENSINO PÚBLICO DE QUALIDADE

De olho no pré-sal, setores conservadores querem entregar a empresa à iniciativa privada. Se isso acontecer, a educação perderá os 75% dos royalties destinados a ela por lei

As investigações das irregularidades na Petrobras estão servindo como pano de fundo para a disseminação de uma velha ideia: a da privatização da estatal, o que colocará em risco a soberania e os interesses nacionais. Para se ter ideia dos riscos que envolvem a empresa, o senador José Serra (PSDB-SP) defendeu recentemente, em entrevista publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, que o patrimônio seja “vendido, concedido ou extinto”.

A diretora de Formação Sindical e de Comunicação do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina (Sindipetro PR/SC) e coordenadora do Coletivo Nacional de Mulheres Petroleiras da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Anacélie Azevedo, expõe com clareza o estrago que a estratégia dos segmentos interessados em privatizar a empresa pode causar.

“A Petrobras é altamente lucrativa e quebra recordes de extração, produção e refino de petróleo cotidianamente. Por isso mesmo é interessante ver como a força de divulgarem só matérias negativas consegue fazer parecer que a empresa está tendo prejuízo e está quebrada. Além disso, não se pode confundir o que foi o comportamento de alguns criminosos com o da categoria ou da empresa... É um desrespeito a

uma empresa fantástica, que tem um quadro de funcionários extraordinário”, pondera.

Anacélie lembra que em 2008 o país recebeu a notícia da descoberta do pré-sal, o que aguçou a sanha dos especuladores entreguistas, já que se trata de uma das maiores jazidas de petróleo do planeta. Paralelamente a essa descoberta, uma legislação



Anacélie afirma que a Petrobras é altamente lucrativa. Uma das únicas do mundo que desenvolveu tecnologia para explorar em grandes profundidades marinhas, daí a descoberta do pré-sal



Por André Barreto

teve de ser desenvolvida para proteger e dar uma destinação correta a este vasto patrimônio. É aí que entra a educação.

FUNDO SOCIAL

Criado em 2010, o Fundo Social do Pré-Sal é um fundo soberano, destinado a receber a parcela dos recursos da exploração do pré-sal que cabem ao governo federal, como *royalties* e participações especiais. Na distribuição dos *royalties*, 75% vão para a educação pública e 25% para a saúde. Estes percentuais estão estipulados em lei – a de nº 12.858/2013, conquistada por professores, petroleiros e movimentos sociais e estudantil por meio de pressão sobre o Congresso Nacional.

São verbas que podem significar o avanço da pauta dos (as) educadores (as), como a valorização constante do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) do Magistério, melhores estruturas para o ensino público e o efetivo cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE).

Para a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), o problema agora é que os ataques à Petrobras colocam em risco todas as conquistas recentes na legislação do petróleo. O objetivo da campanha insidiosa contra a estatal, articulada pela elite brasileira e a mídia, é privatizá-la e colocar o pré-sal nas mãos das grandes empresas. “Por isso, educadores (as), petroleiros (as) e todo o movimento social brasileiro se unem novamente em uma frente popular para barrar os retrocessos e fazer valer as conquistas sociais que o petróleo pode trazer para a sociedade brasileira”, destaca a CNTE.

MAIS LUTA NO CAMINHO CERTO

O balanço de 2014, apresentado no dia 22 de abril pela diretoria da Petrobras, retrata uma empresa afetada pela corrupção organizada por executivos de 27 empresas fornecedoras e alguns de seus ex-diretores, mas capaz de controlar a situação e de encaminhar o seu futuro. Distante, portanto, de uma organização inviabilizada por anos de corrupção e incompetência, conforme a versão predominante.

Inclusive, auditores externos independentes da Pricewaterhouse Coopers emitiram um parecer de aprovação dos demonstrativos sem ressalvas, um atestado da fidelidade do retrato contábil à realidade da empresa.

Também em 2014, um dos anos mais difíceis para as indústrias petrolíferas nas últimas décadas por causa da queda do consumo de derivados, provocada pela recessão mundial, e do declínio do preço do petróleo, a empresa brasileira foi a única entre as maiores do setor a aumentar a produção, ao contrário da Exxonmobil, British Petroleum, Chevron e Shell. Como de costume, os interessados em privatizar a Petrobras escondem a verdade e ignoram o desempenho destacado da companhia.

Por tudo isso, a sociedade brasileira precisa estar atenta e se contrapor à pretensão de certos segmentos de colocar nas mãos da iniciativa privada um setor tão estratégico para o desenvolvimento do país. “A Petrobras estatal nos interessa no contexto de um projeto popular para o Brasil e é por ela que sempre lutamos. Nós, enquanto categoria, enxergamos que isso é o que dá o rumo de nossa luta”, enfatiza a diretoria do Sindipetro Unificado.

A PETROBRÁS EM NÚMEROS

Os empregos em risco somam 1,5 milhão;

Todos os dias a Petrobras injeta no país R\$ 300 milhões;

As riquezas geradas pela estatal correspondem a 13% do PIB;

A Petrobras investiu em 2013 R\$ 104,4 bilhões;

42% da indústria é o que representa os investimentos da empresa.

A SOBERANIA ALIMENTAR NO QUINTAL DE CASA

Projeto elimina agrotóxico, implanta agroecologia, cria reservas legais, promove reciclagem de lixo e preservação da água e leva novo conceito de educação ambiental às escolas públicas rurais

Duas ex-sem-terra e ex-estudantes da rede pública do Distrito Federal plantaram novos conceitos de cultivo no Assentamento Três Conquistas, situado na rodovia DF-130, próximo à Região Administrativa do Paranoá, e colheram uma história de sucesso, virando a página de uma realidade árida que fazia famílias de agricultoras desistirem da produção rural.

Kelly Cristina Martins e Maria da Conceição Ferreira Oliveira, a Ceiça, convenceram 35 famílias de agricultores a aderirem à proposta do Projeto Agrofloresta. Essas famílias não tinham condições de receber financiamento bancário por causa dos juros e porque não haviam construído reservas legais em suas terras, conforme previsto na legislação ambiental.

Era um círculo vicioso que fazia essas famílias desistirem das terras. Em geral, trocavam suas propriedades por uma casa simples em alguma cidade da periferia de Brasília. Assim, trocavam a possibilidade de cultivar a terra pelo subemprego ou mesmo o desemprego na cidade.

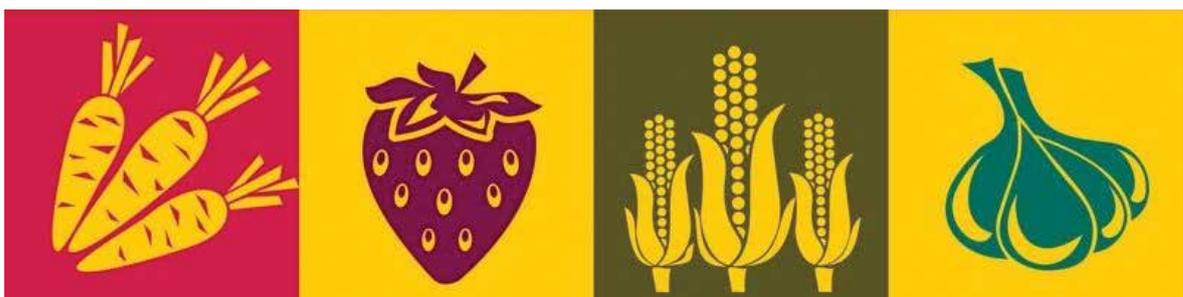
Sabendo disso, em 2013, Kelly e Ceiça mudaram essa lógica. Com apoio das famílias, elas redigiram

uma proposta de produção agrícola baseada na agroecologia e definiram metas, dentre elas a implantação de sistemas agroflorestais, considerados pelo Código Florestal como Área de Reserva Legal, para ajustar as chácaras à legislação ambiental do país.

A ideia era também produzir alimentos saudáveis, limpos de agrotóxicos. A Petrobras aprovou e hoje patrocina o projeto por meio do Programa Petrobras Socioambiental, proporcionando às famílias de Três Conquistas a possibilidade de colher vitórias em suas próprias terras.

SUCESSO NA REDE PÚBLICA DE ENSINO

Uma das metas do projeto prevê a realização de educação ambiental em quatro escolas rurais da região. As escolas encamparam o projeto e concederam o espaço para a equipe do Agrofloresta atuar. A previsão era a de atender com ações de educação ambiental 1.100 estudantes, contabilizando 57 horas/aula totais. Mas a atividade se tornou tão bem-sucedida que as metas acabaram superadas e cerca de 1.900 estudantes de cinco escolas públicas foram atendidos, perfazendo um total 438 horas/aula.





Por Carla Lisboa

"No projeto, foram previstas apenas atividades teóricas nas escolas. Contudo, realizamos atividades práticas com produção de mudas, plantio de SAFs, compostagem, separação e reutilização de lixo", comenta Kelly Cristina, educadora e gestora ambiental do projeto.

O sucesso foi tão grande que a equipe da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (Eape), da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF), levou 25 professoras(es) ao Três Conquistas para apresentar a elas e eles os Sistemas Agroflorestais (SAFs). Conheceram uma realidade nova, regada a justiça social, defesa da agricultura familiar e da agroecologia como modo de produção, em contraposição à monocultura e ao agronegócio.

"Estamos fazendo uma formação em Educação no Campo. A proposta é construir na rede pública de ensino políticas públicas em consonância com os marcos normativos nacionais vigentes há muito

tempo. O DF está dando os primeiros passos para garantir o direito à escola ao sujeito camponês", diz Anna Izabel Barbosa, coordenadora do curso intensivo de formação *Abrindo Trilhas para a Escola do Campo*, da SEDF.

A professora explica que a "nossa tarefa é construir uma educação no e do campo que promova o desenvolvimento rural e local a partir do diálogo com as comunidades. Essa é uma função que a escola pública deve assumir, é seu compromisso com a classe trabalhadora do campo".

O curso também visa a ensinar a história da luta pela terra no Brasil. "Até porque a Educação do Campo nasce da luta camponesa e, por isso, não tem sentido a gente fazer uma formação desvinculada dessa materialidade, que é a vida, a luta pela terra. O projeto mostra essa possibilidade de produção num modelo que não seja o do agronegócio", justifica.



Ceição conduz visita das professoras e professores, em abril, no Sistema Agroflorestal comunitário, cultivado em terreno da ASTRAC

O grupo de docentes visitou vários SAFs no Assentamento Três Conquistas para observar e entender a prática do cultivo agroecológico



EMPREGO E RENDA

Mais do que pôr comida na mesa das agricultoras (es) e implantar reservas legais para recuperar o bioma, o projeto gerou excedentes, proporcionando renda a essas famílias, e garantiu a elas certificação do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica Cerrado (OPAC), com a qual puderam comercializar. Em abril de 2015, inauguraram uma banca de orgânicos no Ceasa-DF e outra na Feira do Jardim Botânico. E estão abrindo frentes para vender os produtos no atacado aos restaurantes, supermercados e hotéis do DF.

O Três Conquistas prova que a agroecologia é viável e que a Petrobras deve se manter pública e estatal. Afinal, com recursos financeiros, a empresa consolidou o assentamento, evitando o êxodo rural, desencadeou um processo produtivo com base em agricultura limpa, preservou a água do Rio São Bartolomeu, recuperou o bioma com a instalação das reservas legais, gerou renda e emprego para as famílias beneficiárias.

“O Projeto Agrofloresta tem três pilares básicos: a preservação ambiental por meio do plantio de árvores nativas do cerrado, a soberania alimentar e a qualidade de vida. Esses três quesitos são trabalhados dentro do contexto integral de sustentabilidade, que é um círculo. A gente tem de fechar esse círculo da integralidade de projetos sustentáveis”, esclarece Kelly Martins.

Historiadora pós-graduada em educação ambiental e gestão sustentável, Kelly conta que, quando começou a entender e a aprender isso, percebeu que não adianta fazer somente reserva legal, sobretudo quando se trabalha com um público de baixa renda. “Eles têm necessidades primárias que tornam inviável a realização de qualquer outra coisa sem antes dar conta dessas necessidades. Não basta plantar árvore sem a perspectiva de colher frutos para a própria sobrevivência”, avalia.

Quando conheceu o conceito de agrofloresta, ela entendeu que essa é a saída para o planeta e não somente para o Brasil e para o Três Conquistas. “Estamos vivendo diversas crises: social, econômica, ambiental e cultural. Tudo isso porque as pessoas passaram, depois da Revolução Industrial, por um processo de desagregação da realidade de sua integralidade enquanto seres vivos. A maioria das pessoas enxerga a vida de forma dicotômica, de um lado a natureza e do outro a sociedade. E aí passaram a vender a ideia de meio ambiente. Não existe meio ambiente. Tem de pensar o ambiente inteiro”, explica.

O PROJETO

O Agrofloresta é um sistema de produção agrícola integrado que reveza, mistura e compartilha o cultivo de alimentos com restauração da flora nativa. Em pouco mais de um ano de execução, o projeto rendeu frutos para as famílias, para o



cerrado e para os consumidores. O Agrofloresta começou a recuperar o solo, que havia perdido suas riquezas minerais durante o período de monocultura de eucalipto. Mais que isto: proveu a subsistência das famílias do assentamento.

O projeto superou todas as metas previstas. Dos 152 módulos de SAF, com 1.188m² cada, num total de 18 hectares, foram executados 205 módulos de SAF, perfazendo um total de 24 hectares de agrofloresta implantados. E todas as metas planejadas foram superadas.

“No primeiro ano, o projeto extrapolou a produção agroflorestal, alcançando 124% dos beneficiários e 103% da área agroflorestal previstos. As famílias receberam sementes de milho, feijão, café, abóbora, melancia e outras culturas. Pesquisa feita com os agricultores revelou que as oficinas realizadas contribuíram para que a maior parte das famílias passasse a consumir maior quantidade de alimentos saudáveis, além de fazer a compostagem de lixo e uso de biomassa na adubação”, informa a estudante de agroecologia, Ceiza.

Entre os alimentos produzidos, destacam-se maxixe, beldroega, inhame, couve, cheiro verde, cenoura, abóbora, mandioca, alface, batata doce, jiló, quiabo, milho, feijão-guandu, banana, arroz integral, rúcula, taioba, beterraba, folha de batata doce, entre outras. Vinte famílias declararam ter economizado, por mês, de R\$ 100 a R\$ 250 na compra de alimentos. No primeiro ano, 15 famílias obtiveram uma renda que variou de R\$ 100 a R\$ 5.300.

O projeto levou para as agricultoras(es) novos conhecimentos e insumos e transmitiu um novo conceito de produção agrícola, além do incentivo ao trabalho coletivo e da maior participação em eventos comunitários. Ceiza afirma que, “com a prática da transparência na gestão financeira e da decisão conjunta, as famílias de agricultores criaram uma relação cordial e reivindicaram a ampliação do projeto com acréscimo de atividades e materiais não previstos, tais como mudas de árvores, como o citrus, a laranja e o limão, criação de abelhas e a realização de outros projetos a fim de levar para o assentamento outras formas sustentáveis de economia e de produção, bem como novas políticas públicas”.



UMA MARIA COM FÉ NA VIDA

Vítima de dois atentados que quase a levaram à morte, Maria da Penha se tornou um marco da luta das mulheres contra a violência de gênero

A cearense Maria da Penha seria hoje apenas um número a mais nas estatísticas de violência doméstica, não fosse o fato de ter sobrevivido a duas tentativas de homicídio e protagonizado uma longa, árdua e vitoriosa batalha por justiça. Apoiada por uma campanha internacional, ela se tornou figura-chave no combate à violência contra as mulheres, com a Lei nº 11.340/2006, que leva seu nome. Vítima do colombiano Marco Antônio Heredia Viveros, com quem teve três filhas, foi baleada nas costas quando dormia e, pouco tempo depois, eletrocutada no chuveiro pelo ex-marido. Mas venceu a morte, certamente para justificar, como tantas outras Marias por este país afora, essa estranha mania de ter fé na vida, como bem o definiu o poeta Fernando Brant, na música feita em parceria com o compositor Milton Nascimento.

Sinpro Mulher - A senhora quase perdeu a vida em razão das violências que sofreu do ex-marido. De onde tirou força para superar isso?

Maria da Penha – Precisava ver a justiça ser feita. O Judiciário do meu estado cozinhou meu problema por 19 anos e seis meses. E a finalização do meu processo aconteceu pelas pressões internacionais. Encontrei forças nas minhas filhas, porque entendi que quem me agredia deveria ser punido. E se não houvesse essa punição a violência contra a mulher continuaria. Não pensei que a luta chegasse a uma dimensão tão grande.

Sinpro Mulher - Mas valeu a pena...

Maria da Penha – Acho que fui coroada com êxito sobre o rumo que minha história tomou. Porque, ao ver meu agressor sair do fórum em liberdade, ao ser julgado pela primeira vez, senti a necessidade de escrever um livro contando a vergonha que era o Poder Judiciário. Coloquei o processo dentro do livro, as partes mais importantes, que eram as contradições do réu nos depoimentos que deu. Apesar da morosidade e graças às pressões internacionais, os recursos não foram aceitos e ele foi condenado pela tentativa de homicídio contra mim.

Sinpro Mulher - Qual o sentimento da mulher agredida pelo marido dentro de casa, na frente dos filhos? Frustração? Raiva? Medo?

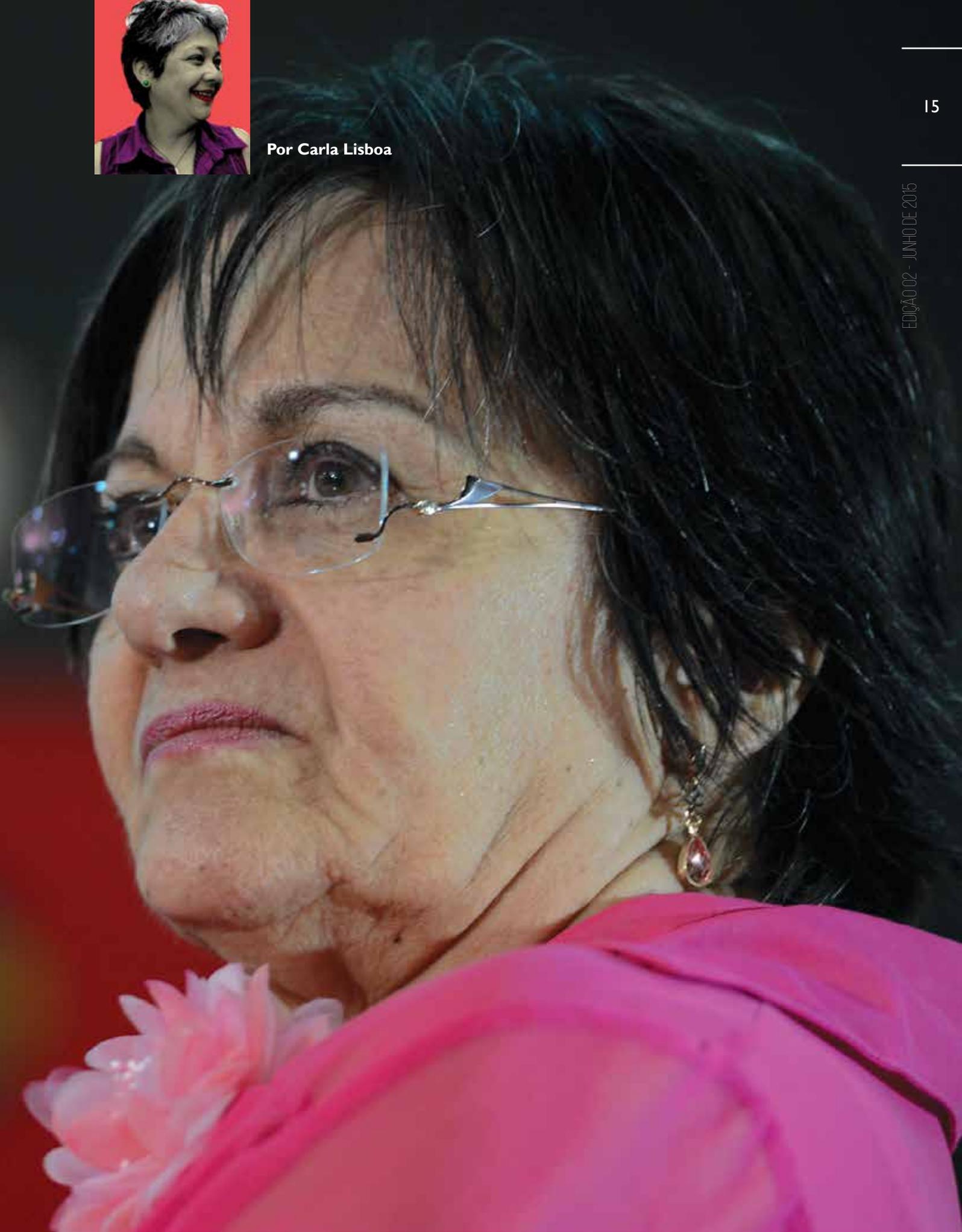
Maria da Penha – Ela sente tudo isso. E tem medo de denunciar. Tem raiva porque está sendo injustiçada. Seu companheiro não a trata como uma pessoa. E sofre pelos filhos que estão sofrendo ao vê-la ser violentada. Os filhos são impotentes diante da violência do agressor.

Sinpro Mulher - E ainda tem as sequelas psicológicas...

Maria da Penha – Tanto para a mulher como para os filhos. Todos os tipos de agressões que a lei tipifica prejudicam a mulher. Porque ela está sendo agredida, quer patrimonialmente, quer moralmente,



Por Carla Lisboa



quando esse homem a desmoraliza no meio de amigos. É a violência psicológica, aquela em que a mulher não sabe mais o que fazer para agradar o agressor. Fora a física.

Sinpro Mulher - Quais seriam as causas da violência contra as mulheres?

Maria da Penha – É a questão de machismo, uma questão de educação, é aquela questão de que as mulheres sempre foram educadas como se fossem inferiores ao homem. Ao homem foram dados poderes e às mulheres, deveres. Quando ambos poderiam ter esses poderes e deveres iguais. Porque os dois são seres humanos. A mulher é capaz de exercer qualquer profissão que o homem exerce. E isso a gente tem visto. Como também a gente tem visto homens que são parceiros de suas mulheres, que vivem com suas famílias dentro de um equilíbrio. Mas a educação, essa cultura do machismo, tem interferido muito. Você há de convir que, depois de oito anos que a lei foi criada, as políticas públicas que fazem a lei sair do papel só existem nos grandes municípios que, geralmente, são as capitais. Raramente um município de pequeno porte tem essas políticas públicas.

Sinpro Mulher - Por que isso acontece?

Maria da Penha – Porque o gestor público é fruto dessa cultura machista. E não atende à mulher no seu município, não se preocupa com essa questão. Por quê? Porque no seu município, por não existirem as políticas públicas, inexistem a pesquisa, a exposição de que tantas mulheres sofrem violência doméstica. Porque elas escondem isso e o fazem porque têm vergonha de expor para a comunidade que sofrem violência doméstica. Ela precisa ter um espaço que a atenda e a encoraje a denunciar e a tomar a decisão de sair daquela situação.

Sinpro Mulher - A que a senhora atribui o sucesso da Lei Maria da Penha?

Maria da Penha – A lei veio para atingir um ponto crucial na vida das mulheres. Veio dizer que elas têm direito de viver sem violência. E que, se querem romper um relacionamento que as maltrata, agora têm uma lei que lhes favorece. A principal finalidade da lei não é punir os homens, mas os agressores. Aí entra naquele esquema: nas cidades onde a lei saiu

do papel, as mulheres tomam coragem e denunciam. Mas há ainda muitas mulheres envergonhadas e sem saber o que fazer da sua vida, porque não sabem onde denunciar seus casos.

Sinpro Mulher - O que a senhora acha da Lei do Femicídio? Acha que a tipificação do crime e o aumento das penas vão diminuir os homicídios de mulheres?

Maria da Penha – Se tivesse chegado algum tempo atrás, a lei não faria muita diferença. Mas hoje ela está acoplada ao conhecimento que se tem da Lei Maria da Penha. Então, é um passo a mais para que a lei atinja seu objetivo de cuidar e proteger as mulheres em situação de violência e evitar esses assassinatos. E, no caso de acontecer, é importante que esse acontecimento vá para uma estatística, porque hoje, quando se fala em homicídios, estão inclusos homicídios de homens e mulheres. Mas está tipificado que aquela mulher morreu vítima da violência doméstica. Com a Lei do Femicídio, essa estatística vai para o local certo. Porque aquela mulher foi assassinada por uma questão de gênero.

Sinpro Mulher - Qual o papel das professoras na construção de uma sociedade mais igualitária, sobretudo nas questões de gênero?

Maria da Penha – É essencial a educação para mudar a cultura machista. A categoria docente tem de ser capacitada nesse sentido. O Instituto Maria da Penha está desenvolvendo um curso exatamente para as professoras e professores a fim de atender à recomendação número 4 da OEA, que diz que as(os) educadoras(es) precisam ter conhecimento da violência contra a mulher ao longo dos anos, porque existe a violência de gênero. E, a partir daí, mudar o comportamento dos estudantes. Porque a gente percebe que as professoras e professores, por exemplo, podem dizer assim: 'Os meninos vão para o recreio e as meninas ficam para arrumar a classe para depois do recreio'. Aí, dentro desse sistema, uma identificação por gênero. Quer dizer, os meninos podem arrumar a classe também. A sociedade sempre coloca para a mulher a responsabilidade por isso. Como se o homem também não fosse capaz de arrumar a sala, apagar a lousa, para que a aula aconteça depois do recreio.

ARTIGO

ENSINAR EXIGE A CONVICÇÃO DE QUE A MUDANÇA É POSSÍVEL



Por Gina Vieira Ponte de Albuquerque

A frase do educador Paulo Freire, que dá título a este artigo, resume o meu conceito sobre o magistério. Nasci e cresci em Ceilândia, a cidade que foi, por muito tempo, estigmatizada e discriminada, tratada apenas como uma grande favela que abrigava invasores.

Meu pai, um grande homem, vendedor ambulante, e minha mãe, a pessoa mais incrível que já conheci só havia frequentado a escola quando era adulta, até a quarta série mas ambos me ensinaram a amar a escola justamente pela falta que ela havia feito na vida deles. E foi nesta cidade que frequentei escolas públicas que transformaram a minha história.

Nasci mulher e negra em um país racista e machista. Desde cedo vivi situações nas quais a minha cor, o meu cabelo, a minha identidade feminina eram motivo para que eu fosse alvo de agressões e xingamentos. Mas aos 8 anos tive a minha vida iluminada pela presença de uma grande educadora, a professora Creusa, que me ajudou a associar escola a afeto e à possibilidade de mudança.

Ela reforçou ainda mais o carinho e o entendimento da importância da educação que os meus pais haviam transmitido a mim. A presença terna e amorosa dela, a paciência ante as minhas dificuldades, a forma imparcial com que ela percebia a todos nós, meninos e meninas, brancos e negros, menos e mais abastados, a prática pedagógica que ela adotava, tudo isso me fez sonhar em ser professora e em poder repercutir a transformação que ela havia trazido para a minha vida em outras vidas.

Creusa fez a diferença em minha existência e eu queria retribuir esse presente da vida fazendo a diferença na vida dos que viessem a ser meus alunos. Foi essa concepção de educação que me moveu e me fez querer ser professora. A concepção de uma educação que transforma, que liberta, que emancipa, que alimenta projetos e nos faz pessoas melhores.

Aos 19 anos realizei o meu sonho e, desde então, tenho estado no chão da escola, ampliando a minha rede de

afetos, a minha experiência profissional e fortalecendo a minha crença em uma educação libertadora.

Escolhi o magistério em Ceilândia porque é ali que reencontro, em sala de aula, a menina que fui e vejo as(os) estudantes como seres cheios de possibilidades, capazes de transformar as próprias histórias e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

A Ceilândia cresceu e se transformou em muitas "Ceilândias". Ainda vivemos em um país marcado pelo machismo e pelo racismo. Um país que faz vítima de feminicídio uma mulher a cada hora e meia. Porém, a minha crença em uma educação capaz de provocar mudanças é reiterada a cada novo episódio de violência, a cada ato racista, a cada evidência de preconceito que percebo ao meu redor.

Afinal, se não firmarmos um compromisso pela construção de um fazer pedagógico que provoque mudanças, que fomente transformações e que faça sentido para os nossos estudantes, não estaremos cumprindo a contento o nosso papel de educadoras(es). Que possamos ter a coragem necessária para enfrentar os desafios que nos são impostos todos os dias, em sala de aula, em nossa missão de colaborar para a construção de um mundo melhor.

**Gina Vieira Ponte de Albuquerque, 43 anos, é professora efetiva da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal desde abril de 1991. Atua nos Centros de Ensino Fundamental 02 e 12 de Ceilândia, com Educação de Jovens e Adultos e Anos Finais do Ensino Fundamental, respectivamente. Criou e executou o Projeto Mulheres Inspiradoras, pelo qual ganhou dois prêmios nacionais: 4º Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos, concedido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em parceria com o Ministério da Educação – MEC, e 8º Prêmio Professores do Brasil, conferido pelo MEC aos professores da rede pública de todo o país por suas práticas pedagógicas inovadoras.*

NAS ESCOLAS, MULHERES DE ATENAS

Professoras da rede pública de ensino do Distrito Federal ainda não perceberam que podem e devem ocupar espaços de poder

A despeito de sua negação e esquecimento, a história das mulheres no Brasil e no mundo tomou impulso no início dos anos 1970, com a explosão do feminismo. Foi um período fundamental para a produção intelectual sobre o tema e para a inserção da mulher nos espaços de poder. As universidades reconheceram o valor do gênero feminino, incentivando pesquisas. As mulheres, por sua vez, assumiram o papel de pesquisadoras e ocuparam espaço na Academia em todas as áreas do conhecimento.

Esse movimento se repetiu em outras instâncias, como nos partidos políticos e na gestão de instituições públicas e privadas, a ponto de o Brasil iniciar o século XXI como o terceiro da América a ter uma mulher na Presidência da República. Apesar disso, a maior parte das professoras da rede pública de ensino do DF ainda hoje delega a gestão das escolas públicas exclusivamente ao sexo masculino.

Pesquisa realizada por Olga Cristina Rocha de Freitas, professora da Secretaria de Educação do DF (SEDF), revela que, apesar de estarem muitas vezes mais qualificadas para assumir cargos de comando, as professoras se esquivam de ocupar os espaços de poder nas escolas. “Estamos cumprindo o papel de mulheres de Atenas – mesmo sabendo que temos melhores condições – para que o homem assuma o status de liderança que lhe foi delegado pelas sociedades sexistas porque o consideram forte, viril, objetivo, não tão sensível, não tão afetivo, não tão frágil, não tão delicado. Enfim, toda essa construção de gênero na qual vivemos mergulhadas e da qual

temos dificuldades de sair e assumir que podemos conduzir uma instituição”, analisa.

Essa realidade é tão forte que, segundo ela, interfere na opinião dos professores, os quais não aceitam a mulher na liderança da escola. Olga percebeu que até mesmo as mulheres sofrem essa influência. “Ainda mirando nas mulheres de Atenas, ousou afirmar que a gente não avançou desse propósito de dar suporte ao marido. Achei a letra de Mulheres de Atenas ideal porque o apelo final é o de que a gente não se resigne mais”, esclarece.

A PESQUISA

A professora fez um recorte de gênero no resultado das eleições diretas de 2013 para as diretorias. Analisou o quantitativo de mulheres eleitas e em que modalidades de escola. Ela contou quase 600 duplas eleitas para a escola, distinguindo em que local as mulheres foram eleitas, em que tipologia de escolas e onde os homens foram maioria. Os resultados mostraram que as mulheres são maioria maciça nas direções da educação infantil e nas Escolas Classes. Nos anos finais, como os Centros de Ensino Fundamental (CEF), os Centros Educacionais (CED), os Centros de Ensino Médio (CEM), os Centros Interescolares de Línguas (CIL), as Escolas de Natureza Especial (ENE), todas são administradas por homens, que ocupam a direção e a vice-direção. Ou então eles são membros dessa equipe. Contudo, em geral, se houver uma chapa mista nas escolas dos anos finais, a mulher geralmente ocupa a vice-direção e não a direção.



Por Carla Lisboa

Hoje, no DF, 47% dos estabelecimentos de ensino da SEDF são Escolas Classes e 9% são Escolas de Educação Infantil, Jardim de Infância ou Centro de Educação Infantil. Os outros 44% são escolas de anos finais: Ensino Médio, Educação para Jovens e Adultos (EJA) e ENE. “A pesquisa revelou que as diretoras ou vice-diretoras são maioria porque as Escolas Classe e os Jardins de Infância são maioria. Fora isso, não somos”, constata a professora.

eleitas encabeçadas por homens com a mulher na vice-direção. As chapas masculinas começam a ganhar uma proporção em virtude da existência das chapas 100% masculinas. Esses dados mostram que as mulheres são maioria nas escolas classes e na educação infantil.

CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL

No Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano, a relação começa a mudar, mas as mulheres ainda são maioria, porém, com uma queda muito grande: elas caem de 76% para 34% das gestoras. Nesse segmento, aumenta substancialmente o número de chapas masculinas eleitas e em que o homem encabeça e a mulher é vice.

CENTRO DE ENSINO MÉDIO

No Ensino Médio ocorre a inversão. As chapas 100% femininas caem para 13% e as masculinas sobem para 30%. As chapas em que o homem encabeça e a mulher é vice vão para 40%. Começa a se inverter o processo.

GESTORES ELEITOS POR SEXO E POR TIPOLOGIA DE ESCOLA

EDUCAÇÃO INFANTIL

As chapas 100% femininas somam 76% de chapas eleitas: diretoras e vice-diretoras. Não há chapas masculinas na educação infantil. Mas já existem 7% de chapas eleitas que o homem encabeça e a mulher é vice-diretora e os dois estão atuando; 3% de mulheres encabeçando a chapa e mulheres na vice-direção. A soma é 100% de mulheres.

ESCOLAS CLASSES

Como tem um pouco mais de inserção de homens, nas Escolas Classes, diminui a quantidade de chapas com 100% de mulheres eleitas. O que se tem é 79% de chapas 100% femininas eleitas, mas há uma inserção diferente de homens: 13,5% de chapas

As estatísticas mostram que as mulheres nem sequer se propõem a ocupar os espaços de direção. O número de mulheres que se candidatam à direção dessas escolas quando os estudantes são maiores diminui radicalmente. Nas instituições de educação infantil e Escolas Classes, 90% do corpo docente é formado por mulheres. Elas mesmas é que têm de se colocar. “Percebo um fenômeno aí que é pequenininho, mas vem crescendo. É que, onde há homem nessas escolas, eles estão ocupando o espaço de direção. E nós somos extremamente qualificadas”.

QUALIFICADAS, MAS ANULADAS PELO SEXISMO



Olga Freitas compara o comportamento das professoras com o das mulheres de Atenas e critica essa atitude de delegar aos homens gestão das escolas

Olga usou dados do Censo de 2010 para analisar o gênero e a profissão e constatou que o número de mulheres mais escolarizadas e com nível superior é muito maior do que o dos homens. Viu que as especialistas, com alguma pós-graduação, são em número infinitamente maior que os homens. Na educação básica, as professoras têm muito mais tempo de escolaridade que o homem de maneira geral. Ela observou que as professoras têm qualificação técnica, titulação e, muitas vezes, formação melhor que a dos professores, mas se anulam em função deles.

“Por que, então, ela não se coloca? Porque, em primeiro lugar, tudo é muito voltado para o perfil da mulher na sociedade sexista, que favorece o macho em detrimento da fêmea. Ela pensa na tripla, quádrupla jornada de trabalho: professora, estudante, mãe, dona de casa. Isso é um dos fatores que podem fazer com que essa mulher pense bastante antes de assumir mais uma responsabilidade, como a gestão da escola”, justifica.

A outra dimensão que Olga trabalha é a cultura machista impregnada nas atitudes da mulher, não intencionalmente. Ela traz a questão de gênero desde o Gênesis da Bíblia. Fez esse recorte para ver como o perfil ideal de mulher numa sociedade

machista é construído desde milênios e mostra que esse discurso só é forte porque é milenar e que, por isso, ninguém percebe que o está perpetuando.

“É natural para nós que, onde esteja, o homem seja o líder e que façamos o que nos é peculiar, ou seja, cuidar. Não tem tanta discrepância a gente cuidar da educação infantil, a gente administrar, liderar na educação infantil e anos especiais porque, afinal de contas, são crianças pequenas que precisam de um olhar mais maternal. Mas, à medida que essas crianças vão crescendo, à medida que vão precisando de pulso forte, mais disciplina, delegamos aos homens”, pondera.

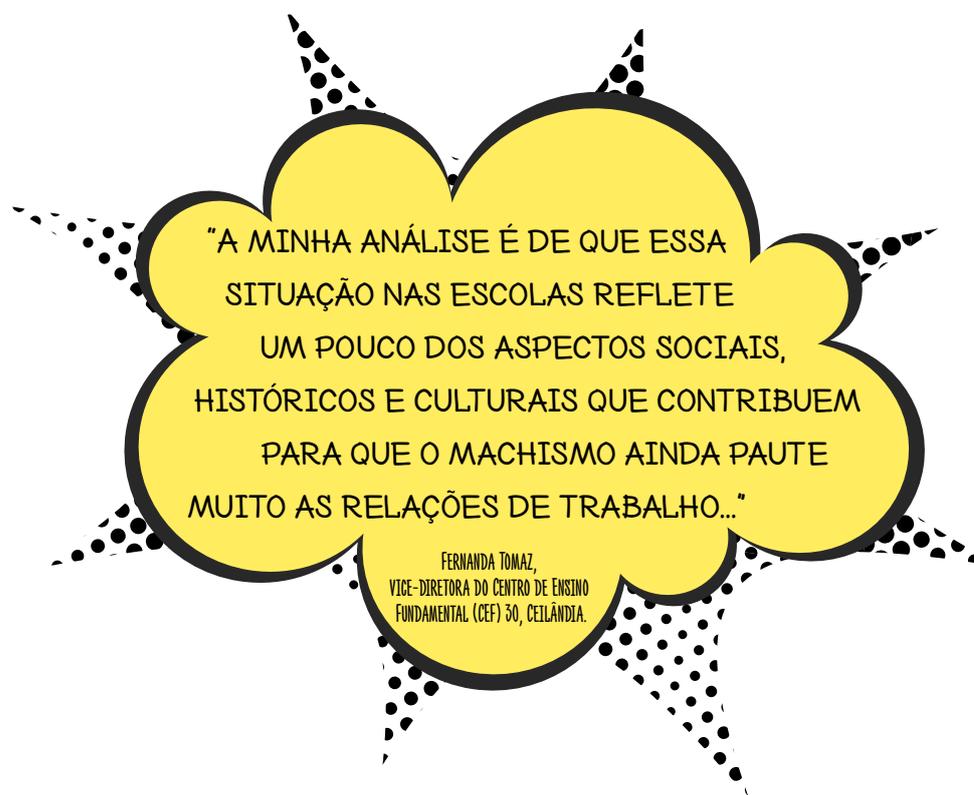
PESQUISA DESENHA O PERFIL DA PROFESSORA DO DF

Os resultados da eleição para direção das escolas ofertaram a Olga Freitas elementos para descrever o perfil da professora hoje. Ela descobriu que o perfil de professorinha maternal, meiga, delicada, frágil, submissa, que a sociedade heteronormativa desenha como mulher ideal, foi instituído no fim do século XIX, quando os homens permitiram que as mulheres integrassem o corpo docente de escolas infantis. Até então, a profissão era masculina.

O entendimento de que a infância requer delicadeza e afetividade facultou à mulher o exercício da função de professora, por sua vocação natural de mãe. Isso foi votado num congresso internacional de educação e, por consenso, foi autorizado que a mulher pudesse ser professora. E foi assim que, desde o início, confundiu-se o papel da mulher na carreira do magistério; o da escola com o da casa; o da profissional com o de mãe. Não é à toa que as professoras da educação infantil e alfabetização são chamadas de “tia”, pois incorporaram ao afazer essa mistura, uma certa confusão entre a educação da escola e a da família. Ficou, portanto, instituída a escola como extensão da casa e a professora, como a da família.

Essa conceituação gerou impactos sérios no reconhecimento da professora como profissional do magistério e das séries iniciais, sobretudo as creches, como extensão da própria casa. “Talvez seja até por isso que a nossa categoria é a de nível superior mais desvalorizada. No imaginário coletivo, a pessoa nasceu com esse dom e, se nasceu assim, para que ela tem de se profissionalizar, estudar? Pra que

Olga diz que o discurso tinha de ser mão dupla: “Olha, queremos paridade nos partidos políticos, nos espaços de poder, ou seja, essa ação afirmativa: paridade de gênero entre os candidatos dos partidos políticos; paridade de gênero nas diretorias dos sindicatos, mas esse discurso ele vai para o homem. É para ele entender que a mulher também tem competência para estar lá. Só que nós,



tem de ganhar mais? Isso se contrapõe ao discurso também no coletivo, do valor que a educação tem, até mesmo para a emancipação das pessoas, da transformação social, etc. A gente fala uma coisa, mas, no fundo, pratica outra”, afirma Olga.

Assim, 80% do perfil da carreira do magistério nacionalmente é formado por mulheres. No DF, dados do Censo do IBGE indicam que é formado por 73% de mulheres. Os homens ocupam mais ou menos 27% desse espaço. As mulheres são maioria esmagadora e mesmo assim só se apresentam para administrar os espaços que estão mais próximos do lado maternal.

mulheres, não o assimilamos”, alerta a pesquisadora.

“A minha análise é de que essa situação nas escolas reflete um pouco dos aspectos sociais, históricos e culturais que contribuem para que o machismo ainda pautem muito as relações de trabalho. No magistério, a presença feminina sempre foi muito forte, a nossa categoria é em sua maioria de mulheres, e nós temos desempenhado muito bem o papel de educadoras”, afirma Fernanda Tomaz, vice-diretora do Centro de Ensino Fundamental (CEF) 30, Ceilândia.

“NÃO BASTA APENAS TER
PARIDADE,
TEMOS DE CONQUISTAR
PARIDADE COM QUALIDADE”

OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS DE PODER

Junéia Martins Batista, secretária Nacional de Saúde do Trabalhador da Central Única dos Trabalhadores (CUT), considera que, nos últimos 20 anos, as mulheres têm ocupado mais espaços de poder por mérito próprio e a duras penas. Ela afirma que, do ponto de vista dessa ocupação na política, as mulheres na América do Sul têm se sobressaído na disputa de cargos no Poder Executivo. “Elegemos na região quatro mulheres para a Presidência da República: Chile, Argentina, Costa Rica e Brasil”, enumera.

Nos espaços do Legislativo, no entanto, o movimento é o contrário. Em vez de avançar e aumentar, essa participação diminuiu em quantidade e em qualidade. “Por isso afirmo que é muito por mérito próprio. No interior do PT foi aprovada paridade, só não sei se serão cargos empoderados. No movimento sindical a Internacional do Serviço Público (ISP) – sindicato mundial do setor público – aprovou a paridade no fim dos anos 1990, que passou a ser cumprida em 2002. A CUT, que adotava

cota de participação de 30%, aprovou, em 2012, a paridade a partir de 2015. O debate da militância feminista é o de ocupar, para além da paridade, cargos de poder”, diz a sindicalista.

“Não basta apenas ter paridade, temos de conquistar paridade com qualidade”, afirma Junéia. Assistente social e militante do setor público municipal, Junéia afirma que já começou a militância empoderada. “O ramo tem mais de 60% de mulheres na base e na maioria das vezes estamos bem representadas nas direções dos sindicatos”. Há 26 anos no movimento sindical, Junéia é da direção executiva da CUT. Ocupa a Secretaria Nacional de Saúde do Trabalhador/a e Secretaria-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Confetam), ou seja, posições de comando e de poder.

Ela observa que o Brasil vive um paradoxo desde outubro de 2014. A presidenta Dilma Rousseff foi reeleita porque o povo não quer perder as conquistas. No entanto, esse mesmo povo entregou o Congresso Nacional à direita conservadora porque o sistema eleitoral é atrasado, permite que apenas quem tem dinheiro possa se eleger. “Por isso uma reforma política séria, que acabe com o financiamento privado de campanhas eleitorais, será o primeiro passo para a mudança definitiva desse paradigma”, afirma Junéia.



Marilane Oliveira Teixeira
Economista, pesquisadora do
CESIT/IE- UNICAMP
Assessora na área de relações
de trabalho e gênero

ARTIGO

AS MULHERES LUTAM PARA SEREM RECONHECIDAS COMO SUJEITOS POLÍTICOS E COM DIREITOS IGUAIS

Não há como estabelecer na história da humanidade em que momento as mulheres começaram a ser tratadas como seres inferiores e menos capazes. O que temos são evidências de um período em que se vivia em igualdade de condições, as comunidades nômades e, por alguma razão, esse período se rompeu, possivelmente quando as comunidades desenvolvem a agricultura e se fixam na terra, dando início ao processo de acumulação de riqueza.

Nesse período as mulheres são confinadas ao espaço privado, mesmo que se reconheça a presença delas no trabalho no campo ou mesmo como artesãs, mas este trabalho simplesmente se torna invisível.

Há uma resistência por parte de quem escreve a nossa história de não reconhecer o papel econômico das mulheres na formação das sociedades. É como se a sociedade tivesse se constituído apenas por homens e as mulheres, por sua vez, são lembradas como seres frágeis e pela sua falta de interesse pelos espaços públicos.

Um marco importante da luta por direitos iguais começa no século XVIII, com a formação das sociedades industriais e os ideais de liberdade herdados da revolução francesa. Nesse momento as mulheres defendem o direito ao voto, naquela época somente os homens brancos e libertos poderiam exercer a cidadania. As ideias liberais influenciaram a primeira onda do feminismo e as bandeiras de luta estavam restritas ao acesso às liberdades democráticas. Entretanto, os movimentos socialistas da época e as operárias da indústria nascente denunciavam suas precárias condições de trabalho e reivindicavam o acesso aos mesmos salários pagos aos homens, influenciando, desta forma, um conjunto de mulheres feministas que lutavam contra a exploração da classe trabalhadora e por direitos iguais.

Enquanto a primeira onda do feminismo luta pelos direitos das mulheres ao acesso à propriedade e o direito ao voto, a segunda onda do feminismo, nas décadas de 1960 e 1970, se destacará pela luta para colocar fim a discriminação contra as mulheres no trabalho. O movimento era para

garantir que as mulheres tivessem acesso igual à educação, ao emprego e à participação política, a autonomia econômica e o direito ao corpo.

Nas últimas décadas os debates foram avançando e, na medida em que mais mulheres ingressavam no mercado de trabalho, novos temas foram ganhando relevância, como a dupla jornada de trabalho e a luta pelo reconhecimento do trabalho doméstico, como parte da jornada de trabalho das mulheres.

A semelhança do que acontecia no século XVIII, as mulheres na atualidade continuam recebendo menores salários, a tarefa de cuidados dos filhos ainda é considerada atribuição das mulheres e a maternidade muitas vezes é um obstáculo para aquelas que desejam continuar na carreira, as empresas resistem em contratar mulheres para determinadas funções ou ocupações por puro preconceito e o acesso a postos de direção está destinado apenas aos homens. A luta das mulheres segue bastante atual e, à medida que elas avançam em determinadas áreas, intensificam-se as práticas de assédio moral e sexual e violência doméstica. Além disso, os postos de trabalho mais precários, mal remunerados e com maior vulnerabilidade estão destinados às mulheres.

O acesso aos cargos políticos ainda está restrito ao sexo masculino embora avanços importantes possam ser verificados nessas últimas décadas, mas ainda são insuficientes para que se alcance uma verdadeira condição de igualdade.

Nada explica a situação de desigualdade que persiste em nossa sociedade se não entendermos que os homens de alguma forma se beneficiam dessa condição, é confortável que as mulheres permaneçam na tarefa de cuidados e de reprodução da vida, enquanto os homens se destacam nos espaços públicos.

Por isso que a organização das mulheres em espaços próprios é fundamental, enquanto sujeitas políticas somente as mulheres conscientes de sua condição serão sujeitas de sua própria libertação.

A DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO

Formada em sua maioria por mulheres, negras, nordestinas, de baixa escolaridade e com idades que variam dos 40 aos 60 anos, a categoria das trabalhadoras domésticas está mudando. Por um lado, o Brasil vem investindo na educação e em políticas públicas para acabar com a pobreza. Por outro lado, salários baixos, condições precárias de trabalho e desvalorização da profissão estimulam essas pessoas a mudar de profissão.

A presidente do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos da Bahia (Sindoméstico-BA), Cleusa Maria de Jesus, tem uma história de vida que acompanha essa curva descendente da profissão. “Aos 12 anos minha mãe me doou para uma família que precisava de uma ‘menina’ para ajudar, achando que estava fazendo o melhor por mim. Não tinha salário,

fazia de tudo um pouco, não podia sair para ver a minha família, comia sobras, dormia na despensa da casa. Era trabalho escravo”, conta. Cleusa diz que, antigamente, pessoas como ela só tinham essa porta de entrada para o mercado de trabalho. “Hoje lutamos pela educação, para que nossas filhas sigam outros caminhos”. E é o que tem acontecido.

De acordo com a diretora de Assuntos de Raça e Sexualidade do Sinpro, Delzair Amancio da Silva, percebe-se um envelhecimento da categoria. “Há indícios de que a juventude evita o emprego doméstico, não pelo salário – pode até ganhar menos –, mas pela perspectiva de crescimento com o emprego formal e a possibilidade de ascensão em outras profissões. Essa mudança acontece, sobretudo, por dois fatores. Primeiro pela democratização do ensino (pesquisa do Data Popular mostra que, entre 2002 e 2011, a proporção de trabalhadoras com ensino médio completo quase dobrou, passando de 12,7% para 23,3%); e segundo, com uma renda maior, por meio da política de valorização do salário mínimo, elas estão investindo em educação formal integrada à qualificação profissional e, consequentemente, deixando de ser domésticas”, explica.

LEGISLAÇÃO

Avanços têm ocorrido na legislação. Um exemplo é a promulgação da Proposta de Emenda à Constituição conhecida como PEC das Domésticas. Mesmo após dois anos da promulgação da proposta, profissionais do setor continuam sem desfrutar de parte dos novos benefícios previstos, como seguro-desemprego e recolhimento obrigatório do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Isso porque o projeto de regulamentação continua “travado” no Congresso. No dia 17 de março, a Câmara dos Deputados concluiu a votação do projeto que regulamenta a PEC, mas o texto precisa passar pelo Senado e não há prazo para conclusão da tramitação da proposta na Casa. Só depois de aprovada pelos senadores é que a regulamentação poderá ser sancionada pela presidenta Dilma Rousseff.





Por André Barreto

Sobre a PEC das Domésticas, Cleusa Maria de Jesus diz que a perspectiva é de que esse direito se consolide de fato. “Em pleno século XXI, nós somos uma força de quase oito milhões de trabalhadores e trabalhadoras domésticos e ainda vivemos nessa situação. Fazemos parte da classe operária, a maior mão-de-obra feminina, e é preciso acabar com a ideia de que somos ‘parte da família’ – um jeito que inventaram de ter o nosso trabalho quase que de graça e sem nos dar direito algum”.

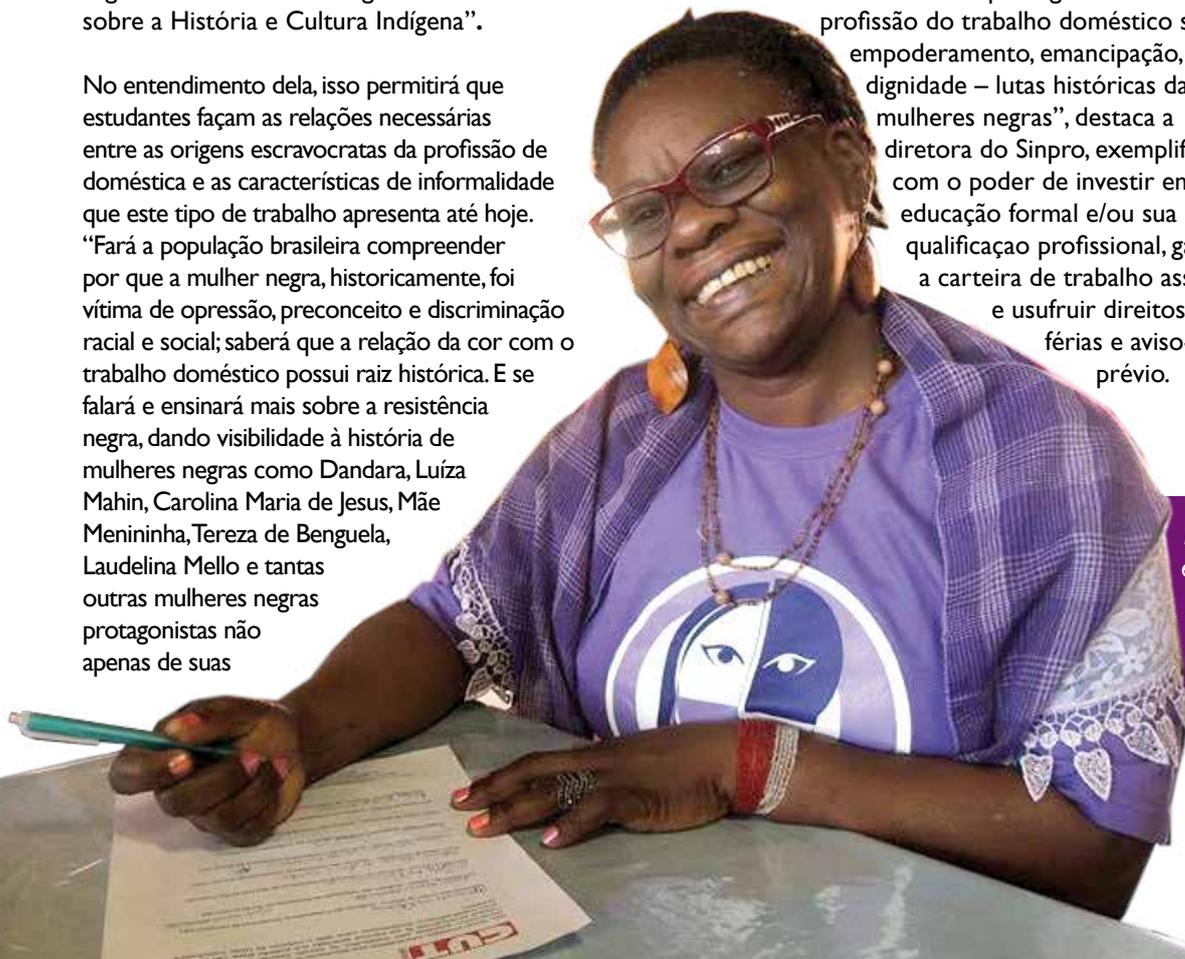
Para Delzair Amancio, há um investimento de recursos e ações, por parte do Sinpro, para que leis como a 10.639/2003 e 11.645/2008, efetivamente, sejam trabalhadas. “A primeira (lei) torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos ensinamentos Fundamental e Médio nas escolas públicas e particulares. E a segunda acrescenta à obrigatoriedade o ensino sobre a História e Cultura Indígena”.

No entendimento dela, isso permitirá que estudantes façam as relações necessárias entre as origens escravocratas da profissão de doméstica e as características de informalidade que este tipo de trabalho apresenta até hoje. “Fará a população brasileira compreender por que a mulher negra, historicamente, foi vítima de opressão, preconceito e discriminação racial e social; saberá que a relação da cor com o trabalho doméstico possui raiz histórica. E se falará e ensinará mais sobre a resistência negra, dando visibilidade à história de mulheres negras como Dandara, Luíza Mahin, Carolina Maria de Jesus, Mãe Menininha, Tereza de Benguela, Laudelina Mello e tantas outras mulheres negras protagonistas não apenas de suas

histórias, mas da história brasileira”.

Delzair também destaca o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, de 2010). “É um instrumento de combate ao preconceito e à discriminação racial ou étnico-racial”. Os números mostram que as mulheres negras têm um lugar social marcado: a base da pirâmide. Na periferia de Brasília, 68,27% das 90 mil mulheres que ganham até um salário mínimo por mês são negras. A situação é ainda mais grave se compararmos os universos feminino e masculino. Enquanto a renda média dos homens é de R\$ 3.439 no DF e de R\$ 1.404 no Entorno, a das mulheres é de R\$ 2.680 e R\$ 812, respectivamente.

Mesmo assim, “mulheres negras participam mais na renda de suas famílias que as não negras, com proporção de 42% contra 39,7%. As palavras de ordem com a lei que regulamenta a profissão do trabalho doméstico são empoderamento, emancipação, dignidade – lutas históricas das mulheres negras”, destaca a diretora do Sinpro, exemplificando com o poder de investir em educação formal e/ou sua qualificação profissional, garantir a carteira de trabalho assinada e usufruir direitos como férias e aviso-prévio.



Delzair Amância (à esquerda) e Cleusa de Jesus (à direita) na luta contra as relações racistas

UMA REFORMA POLÍTICA PARA DEMOCRATIZAR A DEMOCRACIA

Organizações feministas veem na paridade e na lista alternada uma forma de democratização do poder e da efetiva participação da mulher na cena política

Uma das principais bandeiras do movimento de mulheres do Brasil, a reforma do sistema político lidera a pauta de ações da agenda feminista. Vinte anos após a IV Conferência Mundial de Mulheres, da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em Pequim, as brasileiras ainda lutam pelo cumprimento da cota de 30% de mulheres nos espaços eletivos.

Guacira Cesar de Oliveira, consultora e colaboradora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFemea), avalia que a Lei de Cotas de Gênero (Lei nº 9.504/1997) é ineficaz e afirma que o Brasil precisa de uma reforma no sistema político que assegure a participação paritária da mulher nas eleições e nos espaços de decisão. Ela assegura que somente com a democratização da democracia há possibilidades de se promover justiça social, feminismo, direitos humanos, diversidade e igualdade racial.

Em 2015, as mulheres decidiram intensificar ainda mais a luta pela paridade e, mais do que isso, exigem lista alternada e investimento financeiro em formação política. Atualmente, a reforma política é o pontapé inicial para a materialização de outras lutas por transformação social no país.

“Não se faz reforma da mídia, tributária, fiscal, agrária, nenhuma outra reforma será feita sem a do

sistema político. Ela tem de partir dos interesses do povo, por meio de uma Constituinte. O problema é que estão atropelando o que quase um milhão de brasileiras e brasileiros pediram: que houvesse um plebiscito oficial para aprovar uma nova Constituinte”, lembra Neliane Maria da Cunha, diretora de Mulheres do Sindicato dos(as) Professores(as) do Distrito Federal (Sinpro-DF).

Na opinião de Guacira, “ou o Brasil muda a forma como o poder é exercido, quem o exerce e como o exerce ou a injustiça, as desigualdades, a devastação socioambiental vão continuar reinando, porque o poder hoje está organizado, estruturado e constituído para concentrar o poder e a riqueza nas mãos dos homens brancos. Para as mulheres, a reforma do sistema político não é uma questão meramente eleitoral”, afirma Guacira.

A FALTA DE DEMOCRACIA

Quando se fala em reforma do sistema político, está-se tratando de pelo menos cinco dimensões da democracia: a direta, a representativa, participativa, o financiamento e a paridade.

A direta é a mais frágil atualmente. A despeito de ser considerada a mais democrática, porque a cidadania exerce o poder diretamente, mediante



Por Carla Lisboa

plebiscitos, consultas populares, referendos, veto popular, iniciativa de lei, no Brasil ela está inviabilizada. Prova disso é que hoje o país precisa de muito mais assinaturas para propor um projeto de lei do que para constituir um partido político.

A participativa é a esfera dos conselhos, das conferências, dos espaços de participação social, nos quais a sociedade civil organizada, os movimentos sociais têm um papel muito relevante. Mas no Brasil esses espaços são ainda marginais da democracia. Em que pese haver uma grande mobilização em torno deles e terem ocorrido muitas conferências, conselhos, o seu poder de decisão e de orientação na elaboração de políticas públicas e, especialmente, na área de economia, é nulo. Não consegue fazer com que os compromissos assumidos sejam efetivados.

A representativa é a eleição propriamente dita. No Brasil, quando se elege alguém, no geral, a eleitora (or) perde o seu poder porque o delega a quem é eleito. “E isso não pode ser. A gente tem uma democracia representativa aniquiladora do poder de cidadania. Os partidos legais e os representantes políticos fazem o que querem e isso não tem nada que ver com a democratização da democracia”, afirma a consultora do CFemea. Ela avalia que a democracia representativa está totalmente subordinada ao poder econômico.

O financiamento público resolveria as distorções cada vez maiores de nosso sistema político, geradas pelo fato de as candidaturas serem financiadas por empresas, de forma que os representantes políticos devem muito mais a quem os financia do que à cidadania, que tem o voto para elegê-los(as). Assim, o primeiro aspecto que tem de mudar urgentemente em termos de reforma do sistema político é o financiamento público de campanha.

“Muita gente acha que o dinheiro público não deve ser usado porque tem de ir para outras coisas, acreditando que dessa maneira irá poupá-lo. Todavia, é o

financiamento privado de campanha política que gesta a corrupção, pois, no exercício do mandato o parlamentar é cobrado por quem o financiou e ele pagará essa dívida com recursos públicos”, esclarece Neliane Cunha.

Há muito dinheiro público sangrando para as empresas privadas, para o lucro privado, na forma de incentivo fiscal, de corrupção, de contratação de serviços que respondem menos ao interesse público e ao bem comum e mais aos interesses de lucros dessas empresas.

PARIDADE



Guacira Oliveira afirma que o financiamento público resolveria distorções cada vez mais intensas do sistema político brasileiro

A paridade e a proporcionalidade são o objetivo da luta feminista para trazer a igualdade de gênero nas instâncias de poder. O fato é que os homens brancos e proprietários sempre estiveram no poder. Por isso, quando se fala de reforma política com paridade, a ideia é implantar um sistema eleitoral que assegure a igualdade de representação entre mulheres e homens nos espaços de poder eletivos e não eletivos.

“A gente quer lista fechada com alternância de sexo – uma mulher, um homem, colocados nas listas. E, dependendo do número que cada partido elege, que teve quantidade de votos para eleger, ele vai eleger, alternadamente, uma mulher, um homem. É isso que vai nos garantir paridade na representação política”, defende Guacira.

É preciso ter políticas públicas que deem condições às mulheres de participar. As mulheres vivem a tripla jornada de trabalho quando decidem fazer política e isso é uma desigualdade na origem. O grande desafio, hoje, para a democratização do poder e para a reforma política é ela acontecer com esse Congresso Nacional eleito em 2014.

“Esse é o Congresso mais conservador da história da democracia brasileira. Assim, o desafio é construir um processo de mobilização social tão importante, exigente e profundo que não fique na superficialidade de achar que o problema é que se elegeu essas pessoas e não outras, que se elegeu outras pessoas dentro desse mesmo sistema político as coisas vão mudar, mas ir mais à raiz dentro do problema, nessa abordagem de reformar o sistema porque ele só permite eleger gente comprometida com o poder econômico, com as oligarquias e com as elites que estão no poder”, afirma Guacira.

A INEFICÁCIA DA LEI DE COTAS NO BRASIL

A história do Brasil registrou grandes momentos que marcaram a inserção da mulher nos espaços de poder. A década de 1980 foi significativa. Entre 1985 e 1988, o fim da ditadura militar e a mobilização para a Assembleia Nacional Constituinte foram pautados por uma presença importante das demandas das mulheres. Os movimentos de trabalhadoras, feministas, donas de casa, indígenas, negras diziam, desde a convocação da Constituinte, que sem a participação das mulheres a Constituição ficaria pela metade.

Outro grande marco na história das mulheres ocorreu em 1995. A Conferência Mundial sobre a Mulher, na China, teve também forte mobilização das brasileiras. A bancada feminina no Congresso Nacional engajou-se e foi parceira do movimento de mulheres na mobilização para a conferência. Desse processo emergiu um projeto de lei coletivo, elaborado por toda a bancada feminina, estabelecendo uma cota de 30% para as candidaturas de mulheres. Ainda, nunca nenhum partido, até quatro anos atrás, quando foram obrigados pela Lei de Cotas de Gênero (Lei nº 9.504/1997), havia preenchido esse percentual. Ao longo desses anos, essa ineficácia da lei e da forma como foi sendo arguida se tornou objeto de vários tipos de pressão do movimento de mulheres.

Essa lei só se materializou quando todos os Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunal Superior Eleitoral e Ministério Público Eleitoral impuseram seu cumprimento. Foi a primeira vez que a vigência do sistema de cotas foi exigida pelas instâncias de poder. Mas isso só ocorreu por causa de uma forte pressão dos movimentos de mulheres de todo o país.

A MULHER E O TRABALHO: ENCONTRANDO O PRAZER NA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE



Gilza Lúcia Camilo Ricardo



Thiele da Costa Muller Castro

Christophe Dejours, em artigo publicado na obra “Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho”, organizada por Lancman e Sznelwar, afirma que o trabalho é quem insere o sujeito no social, é por intermédio dele que estabelecemos relações interpessoais e financeiras, sendo constituidor da identidade do sujeito. Pela experiência na escuta das trabalhadoras da educação, percebe-se que muitas se doam para o trabalho sem cogitar outras formas de inserção social, como a família, amigos, igrejas e outros grupos. Sendo assim, quando o reconhecimento não se faz presente no trabalho, essas trabalhadoras vivenciam um sofrimento por não ter estabelecido outras possibilidades de prazer, queixando-se de ter deixado a família e os amigos de lado.

As principais queixas são a Síndrome do Bournout, Depressão, Fibromialgia, estresse, ansiedade, insônia, falta/aumento de apetite, diminuição da libido e do sentimento de culpa, doenças e sintomas relacionados às patologias da solidão, com sintomas emocionais que evidenciam a sobrecarga e a não valorização social da mulher em outras produções, como o cuidado dos filhos e da casa. A mulher, em busca do reconhecimento se enreda em uma armadilha de autoaceleração, tenta dar conta de muitas tarefas, o que lhe fadiga enormemente, e sem se dar conta vai adoecendo. Uma das falas dita em espaço de Clínica do Trabalho no Sindicato dos Professores no Distrito Federal (SINPRO-DF) é “Eles vão pedindo e eu vou fazendo, mesmo que eu vá morrendo”, esta fala mostra claramente a sobrecarga da professora, que se coloca na posição de devedora, como

se realmente estivesse sendo obrigada a dar conta de uma carga que é exagerada.

O papel social da mulher ainda traz muita contradição para si própria, pois se sente culpada pelas brechas da não presença constante. Culpa-se quando cada um dos departamentos de sua vida não dá certo, como se fosse única e exclusivamente sua responsabilidade. A conquista da inserção profissional é sem dúvida uma vitória, todavia, ainda permeada de medos, desafios e culpa, ‘coisas de mulher’, que forte, decidida e única, ainda não encontrou a forma de perceber que um mesmo corpo não ocupa dois lugares ao mesmo tempo para a física, mas para seu psíquico sim, e até mais de dois.

Gilza Lúcia Camilo Ricardo é graduada em Artes Cênicas. Pós-Graduada e Mestranda em Gestão Educacional. Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Diretora do Sinpro-DF - Secretaria para Assuntos de Saúde do Trabalhador.

Thiele da Costa Muller Castro é psicóloga do trabalho. Mestre em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS. Especialista em Saúde Coletiva - Atenção Básica pela ESPRS (Escola de saúde pública do rio grande do sul). MBA em gestão de Rh pela escola superior aberta do Brasil. Sócia presidente do Gepsat (grupo de estudos e praticas em clinica, saúde e trabalho). Pesquisadora convidada do laboratório de pesquisa em psicodinâmica e clinica do trabalho da UnB.

O DRAMA DE QUEM SE DEDICA A EDUCAR

Sobrecarga de trabalho, desrespeito e falta de participação no planejamento pedagógico provocam uma série de distúrbios físicos e psicológicos nas professoras

O papel social da mulher merece muita reflexão. Dona de casa, educadora, mãe e trabalhadora, ela precisa se desdobrar para cumprir sua dupla e até mesmo tripla jornada. Com o desgaste decorrente do acúmulo de serviço, muitas mulheres sofrem com o esgotamento profissional e a falta de reconhecimento, fatores determinantes para a aquisição de doenças psicológicas e de sofrimento no trabalho.

No magistério a realidade não é diferente. O desrespeito profissional no trabalho diário gera situações de profundo mal-estar e sentimentos de solidão e impotência diante da forte competitividade e da falta de participação no planejamento e nas instâncias decisórias. O resultado são os mais variados problemas de saúde física e distúrbios psicológicos.

Segundo dados da Secretaria de Assuntos de Saúde do Trabalhador do Sinpro, as principais queixas das professoras são Síndrome do Bournout, depressão, fibromialgia, estresse, ansiedade, insônia, falta/aumento de apetite, diminuição da libido e sentimentos de culpa. Todos esses problemas estão relacionados às patologias da solidão, com sintomas emocionais que evidenciam a sobrecarga e a não valorização social da mulher em outras situações, como o cuidado dos filhos e da casa.

ESTATÍSTICA

Licenciada desde o início do ano, Maju Muniz, professora de Artes da Escola Parque da 210 Norte, faz parte desta triste estatística. Educadora, ativista de direitos humanos, feminista e defensora de uma educação pública de qualidade, está afastada do

trabalho devido a uma depressão que, segundo ela, foi provocada pela desgastante rotina de trabalho.

“Tenho um casal de filhos, uma mãe idosa, uma casa para cuidar e obrigações a cumprir. Tudo isto acarreta uma sobrecarga muito grande e acabei adoecendo. Aliado a isso, não temos a valorização que merecemos, um plano de saúde, pessoas capacitadas para lidar com nossos problemas, ou até mesmo profissionais para tratar a saúde mental da categoria dentro da própria Secretaria de Educação”, ressalta a professora.

O adoecimento da categoria vem sendo denunciado há anos pelo Sinpro. O Sindicato cobra dos sucessivos governos uma política de prevenção que leve em conta as pressões sofridas pelas professoras no dia a dia das escolas. Salas superlotadas, estruturas inadequadas, indisciplina, ameaças, violência e a sensação de estar dando “murro em ponta de faca” são fatores que resultam em uma série de doenças ocupacionais.

Diante desta síndrome do esgotamento profissional, de exaustão emocional, cansaço crônico, frustração e desmotivação, muitas professoras chegam até a pensar em abandonar a carreira. A coordenadora da Secretaria de Saúde do Sinpro-DF, Maria José (Zezé), é categórica ao afirmar que a ausência de condições adequadas de trabalho leva a categoria ao adoecimento.

“O adoecimento do trabalhador é uma realidade. As mulheres padecem ainda mais, já que têm tripla jornada de trabalho e sofrem com a cobrança por metas a serem cumpridas, a individualização e a



Por Luis Ricardo Machado

organização do trabalho. Isso também acontece na educação”, explica Zezé. “Como 80% do magistério é composto por mulheres e pela função direta da educadora de lidar com os problemas dos alunos, sofremos mais que os homens. Aliado a isso, ainda sofremos com um número alto de alunos em sala de aula e a falta de estrutura e de condições no trabalho, o que leva a uma insatisfação no fazer pedagógico”, justifica. Segundo ela, todas essas doenças levam ao afastamento das professoras de suas atividades, por meio de licenças médicas. E muitas vezes elas precisam se readaptar devido à impossibilidade de retornarem na mesma função.

SINPRO NA LUTA

Tendo em vista a omissão do GDF, o Sinpro-DF criou uma secretaria específica para tratar do tema, responsável pela contratação de especialistas nas áreas jurídica e de clínica do trabalho para o atendimento das professoras(os). Com a criação desse atendimento, o Sindicato abriu um canal de expressão de sentimentos para compreender situações ainda não simbolizadas dos professores da rede pública do Distrito Federal, caracterizadas por angústia, depressão e diversas outras enfermidades que podem afetar a saúde física dos profissionais, como úlceras, cardiopatias, enxaquecas e dores musculares.

Se até 2006 os principais problemas das professoras(os) eram as altas médicas prematuras, aposentadorias precoces por invalidez de profissionais com capacidade laborativa e o não reconhecimento da ocorrência de doenças ocupacionais, recentemente a categoria passou a conviver com problemas muito mais graves. Desde então, tornou-se comum a redução de proventos de aposentados por invalidez e, mesmo, de vencimentos de professores, sem o respeito à ampla defesa e ao contraditório.

A concepção dos atendimentos nas áreas jurídica e psicológica é um desafio, pois não se limita a relacionar dados numéricos ou a quantificar a dor humana, mas busca lidar com questões subjetivas que afetam e martirizam os que trabalham em uma atividade fundamental para o desenvolvimento econômico, social e afetivo de uma nação.



Vários momentos da participação massiva das professoras nas atividades promovidas pelo Sinpro-DF



A FELICIDADE NÃO TEM SEXO

Relações homoafetivas ganham cada vez mais visibilidade e passam a constituir novas estruturas familiares, agregando mudança cultural e novos valores na sociedade

Muita gente ainda tenta acorrentar a roda da história. Em vão. A sociedade avança, os conceitos mudam e a vida se transforma. Nesse contexto entra a questão da família. Anos atrás, a família tradicional era reconhecida apenas por pai, mãe e filhos. Hoje existem outros tipos e composições. Exemplos não faltam e estão cada vez mais representados na mídia.

É o caso do relacionamento de Carlos Eduardo dos Santos, professor de Enfermagem da UnB, e Osmir Messura Júnior, funcionário público municipal aposentado, que já dura quase 30 anos. Eles ganharam a guarda de quatro irmãos biológicos. As crianças foram adotadas em Caruaru (PE), em dezembro de 2013, quando tinham dois, três, cinco e sete anos.

“Foi um processo extremamente difícil, que envolveu juiz, advogado. Acabamos desistindo por um tempo [dez anos], pois acreditamos que as pessoas respondem pelos seus atos para alguém maior”, conta Carlos Eduardo.

“Começamos do zero, fizemos o curso para adotantes, passamos por análise socioeconômica, tivemos visita em casa”, lembra.

Meses depois eles entraram novamente no Cadastro Nacional de Adoção. Em pouco

tempo, sem saberem que estavam aptos a adotar, receberam uma ligação. “Temos um grupo de três irmãos, vocês têm interesse?” “A princípio eram três crianças, mas, ao chegarmos lá, recebemos a proposta de adotar mais um dos irmãos, esse com dois anos de idade”, lembra Osmir. Voltaram para Brasília Osmir, Carlos Eduardo e os quatro meninos.

“Era um projeto antigo, de mais de dez anos. Sempre tento olhar para frente. O que fica disso tudo é um grande aprendizado e uma grande felicidade atual. Nossos sonhos foram realizados e o que a gente almeja hoje é que os sonhos deles também sejam”, revela Carlos Eduardo.

MULHERES EM LUTA

A professora e ex-diretora do Sinpro Maria de Fátima Nunes da Silva, a Fatinha, viveu união estável há 16 anos com Maria Izabel Rodrigues da Silva, a Bel. Há três anos elas reafirmaram a união, formalizando o casamento civil. Segundo

Fatinha, a essência para as pessoas que vivem em sociedade está na unidade da família e a família tem

de estar organizada a partir do princípio do amor, da afetividade, do respeito, da harmonia.

“A família homoafetiva, nesse momento



Fatinha e Bel esperaram anos pela legalização da união homoafetiva no país para oficializarem a relação



Por André Barreto

da sociedade brasileira, está tendo mais visibilidade, pois há uma pressão social para que os direitos humanos, os princípios da dignidade humana, sejam preservados. Com isso vem a aceitabilidade. Quando se fala em direitos homoafetivos, fala-se em direitos humanos, em direito à felicidade”, pondera.

Fatinha conta que, a partir do momento em que conseguiu efetivar no cartório a sua união, casar e tornar público um relacionamento de vários anos, garantiu os direitos de cidadania da sua família. “Garanti os direitos civis das pessoas serem felizes. Na minha carteira de identidade, houve a troca da certidão de nascimento pela certidão de casamento. Tudo isso passa a ter um peso diferenciado quando se tem documentos sociais que asseguram a sua situação. Mas essas garantias não caíram do céu: foram uma construção diária, fruto de muita luta. Luta que continua e precisa ser ampliada”.

Seguindo este raciocínio, a diretora de Assuntos de Raça e Sexualidade do Sinpro, Wiviane Farkas, destaca que é preciso trazer para a escola o diálogo de que a família atual é construída de diversas formas. “Temos que trabalhar garantias para que a nossa escola não exclua os estudantes; mas, sim, que eles se reconheçam [independentemente da construção familiar] no âmbito escolar e tenham seus direitos assegurados, livres de qualquer espécie de distinção”, diz.

NA ESCOLA

A forma de encarar essas novas composições familiares, com respeito, é levada a sério pela Escola Classe I de Ceilândia. A partir da leitura coletiva de *O Livro da Família*, de Todd Parr, a escola aborda assuntos polêmicos relativos às famílias, como adoção, diferenças raciais, culturais e sociais. “A aula foi planejada e baseada na necessidade de instruir nossos(as) alunos(as) sobre os diferentes tipos de família e o respeito às mesmas”,

explica a professora Cátia Núbia. A turma é de 3º ano, com crianças de oito até 10 anos de idade.

“A aula é simples, mas muito significativa; trabalhamos valores como respeito e tolerância. É um trabalho coletivo e as professoras têm o apoio pedagógico da diretora Jocilene Andrade e da vice, Kátia Gomes”, enfatiza Cátia. Durante as aulas, as crianças são levadas a refletir e a opinar sobre sentimentos que deverão existir em qualquer família – com casais de sexos diferentes, do mesmo sexo, famílias só com mulheres, tias, avós, primas, avôs, pais e filhos adotivos. As atividades evoluem e, ao final, as professoras constroem com os(as) estudantes uma frase coletiva sobre o que aprenderam na aula, baseada nos princípios de amor, respeito, união e diálogo.

Cátia trabalha valores, como respeito e tolerância, e novas concepções de família em sala de aula



INGERÊNCIA

Mas as novas famílias enfrentam problemas. O Estado brasileiro tomou para si o direito de decidir quais arranjos familiares são dignos e quais são indignos para a criação de indivíduos psicologicamente saudáveis. A ingerência estatal em domínio eminentemente privado é flagrante na discussão do Estatuto da Família – Projeto de Lei n. 6583/2013 proposto pelo deputado federal Anderson Ferreira (PR/PE). O artigo 2º diz que a “entidade familiar” é definida como o “núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio do casamento ou união estável ou, ainda, por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”.

O relator do projeto apresentou um substitutivo à proposta original, inserindo no texto um dispositivo para lá de polêmico: a exigência de que as pessoas que queiram adotar sejam casadas civilmente ou mantenham união estável, constituída nos termos do artigo 226 da Constituição Federal. Como o texto constitucional reconhece explicitamente apenas a união estável entre homem e mulher como entidade familiar, na prática o substitutivo proíbe a adoção de crianças por casais homoafetivos.

Segundo Fatinha, “o Sinpro é importante nesta luta porque somos nós que construímos através da educação”. “Sabemos que isso demora, mas o fruto vem. A gente batalha para construir a cidadania e isso vem com uma educação mais libertadora,



A cada dia os movimentos LGBT se empoderam dos seus direitos e vão às ruas exigir respeito e políticas públicas para erradicar o preconceito e outros crimes



criativa, menos engessada – para que as pessoas parem de apontar o dedo para outras e passem a adotar o respeito como base das relações. É importante conversar com as crianças, os jovens, adultos e professores sobre essas conquistas [o casamento homoafetivo, a possibilidade de adotar filhos, o direito à previdência, plano de saúde]. A construção social passa pela igualdade de direitos”, enfatiza.

SUGESTÕES DE FILMES E LIVROS

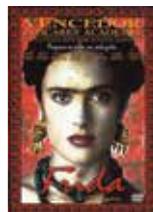
FILMES



Azul é a cor mais quente, França, 2013.



Cada um na sua casa, EUA, 2015.



Frida, EUA, 2002.



Histórias cruzadas, (EUA, Índia, EAU), 2012.



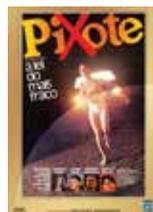
Juízo, Brasil, 2007.



Frozen, EUA, 2013.



O sorriso de Monalisa, EUA, 2002.



Pixote, Brasil, 1980.



Preciosa, EUA, 2009.



Tio Simpatia no Show Mulher de Lei, Brasil, 2009.



Escritores da Liberdade, EUA, 2007.



Valente, EUA, 2012.



A cor púrpura, EUA, 1985.

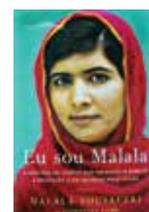
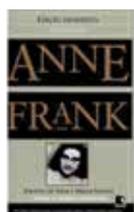


Meninos não choram, EUA, 1999.



No tempo das Borboletas, EUA, 2001.

LIVROS



FAÇA BONITO!

PROTEJA NOSSAS

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Campanha realizada no dia 18 de maio leva a discussão sobre o combate ao abuso e à exploração infantil às escolas públicas e comunidades do país

O dia 18 de maio tornou-se uma data de muita luta em todo o território brasileiro. Instituída como o “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, a data faz referência a Araceli Cabrera Sánchez Crespo, uma menina de 8 anos que foi sequestrada, violentada e cruelmente assassinada em 1973, no Espírito Santo. Os autores do crime, que ficou conhecido como “Caso Araceli”, nunca foram punidos. Após 41 anos, casos de abuso e exploração infantil infelizmente ainda se repetem no país.

Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) revelam que no Brasil, por ano, ocorrem aproximadamente 100 mil casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Já alguns dados divulgados pelo Disque-denúncia 100 mostram que somente em 2014 foram registradas 24.575 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. O número é ainda mais alarmante se considerarmos que muitos desses casos não são denunciados.

Ana Maria Soares -
Conselheira tutelar

É neste contexto de ação conjunta e de grito por mudanças que a data foi lembrada em vários estados e municípios com a realização de palestras, seminários e caminhadas. Em Brasília, estudantes, professores, representantes do Sinpro-DF e populares participam todo ano da Campanha “Faça bonito. Proteja nossas crianças e adolescentes”.

CAMPANHA CHEGA ÀS ESCOLAS

O Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes foi instituído a partir da aprovação da Lei Federal nº 9.970/2000 e, em maio de 2014, foi sancionada a lei que classifica este tipo de delito como crime hediondo.

Com o intuito de conscientizar crianças e adolescentes e salientar sobre a importância de denunciar este tipo de crime, os conselheiros tutelares tem ministrado palestras e participado de várias programações nas escolas públicas do Distrito Federal.

Ana Maria da Mata Soares, conselheira tutelar no Gama I, diz que, quando a escola adentra neste tema, as crianças ficam mais cientes dos seus direitos e de como se defender.

“A partir do momento em que a escola começa a trabalhar a temática, muitos estudantes passam a dizer o que está ocorrendo na própria casa. Infelizmente, muitos casos de abuso e violência sexual acontecem no ambiente familiar ou com pessoas próximas às



Por Luis Ricardo Machado

vítimas. Temos cobrado muito a quebra do silêncio da sociedade. O trabalho que temos feito em parceria com as escolas tem ajudado muito no combate ao abuso sexual”, explica Ana Maria.

A IMPORTÂNCIA DO DEBATE NAS ESCOLAS

Para a orientadora educacional Lúcia Santis, à medida que as campanhas são feitas, as crianças e adolescentes passam a conhecer e a ter dimensão deste tipo de crime. “Sabemos que os casos ainda são muito grandes, mas a partir do momento que você começa a debater sobre este tipo de crime, as crianças percebem que aquilo tem um nome. Trabalhando de forma lúdica, as crianças passam a conhecer, identificar, combater o abuso e até mesmo se defender”, afirma.

O dever do Estado na proteção das crianças e adolescentes

O Plano Distrital de Educação (PDE), porém, é o caminho para obrigar o Estado a ofertar políticas públicas na educação, com mais

desenvolvimento e proteção aos menores. Em suas Metas 1 e 7, que tratam a Educação Infantil e da Educação Integral, o PDE revela que devem ser políticas do Estado a proteção da criança e do adolescente.

“As duas metas preveem políticas públicas necessárias para garantir às crianças e adolescentes, projetos e fazeres pedagógicos que viabilizem aprendizado, cultura e que mantenham estes menores resguardados de possíveis violências, inclusive domésticas. Daí a necessidade de se construir creches e termos escolas que trabalhem com a educação integral em áreas de maior vulnerabilidade social. Todo este processo é um dever do Estado e o Sinpro tem cobrado o cumprimento deste dever”, finaliza a diretora da Secretaria de Política Educacional do Sinpro, Regina Célia.



FAÇA BONITO.
PROTEJA NOSSAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Campanha “Faça bonito. Proteja nossas crianças e adolescentes” no Paranoá sensibiliza também o professorado



Por Tomaz Alvarenga

HORA DE ULTRAPASSAR OS MUROS DA ESCOLA

Política, enfrentamento à violência, formação das professoras são algumas pautas do V Encontro de Mulheres Educadoras do Sinpro

O V Encontro de Mulheres Educadoras “Mexeu com uma, mexeu com todas!”, nos dias 19 e 20 de junho de 2015, discute temas que tocam a vida das mulheres, da comunidade escolar e, consequentemente, da sociedade.

O encontro busca trazer situações de vida que refletem na execução do magistério. O primeiro deles, relacionado ao mote do encontro e também a uma das homenageadas, Maria da Penha, é o “Enfrentamento da violência contra as mulheres”. O segundo é sobre o Plano Distrital de Educação (PDE) na perspectiva de uma “Educação para a igualdade”. E o terceiro tema “Igualdade e autonomia na vida e no mundo do trabalho”.

No primeiro dia, lançamos a segunda edição da revista Sinpro Mulher e, no segundo, o III Prêmio Mulher Educadora Cidadã do Mundo.

A temática do Encontro traz o sentido da solidariedade. “Quando uma mulher é violentada, o sentimento é de que mexeu com ela mexeu com todas. Quando a trabalhadora doméstica é explorada, a trabalhadora é assediada ideológica, moral ou sexualmente em seu local de

trabalho, nós, mulheres na luta por autonomia e liberdade, nos sentimos exploradas também”, explica Neliane Cunha, diretora de Mulheres do Sinpro-DF.

Nos três primeiros encontros, o desafio era a paridade. Pelas regras da paridade, nenhum gênero pode ultrapassar 51% em todas as instâncias de representação (comissão de negociação, reuniões ordinárias, etc). Na Diretoria Colegiada do Sinpro são 20 mulheres e 19 homens. Esta divisão é resultado desses encontros. Agora o Sinpro é assim: mulheres e homens contribuem com suas ações em igualdade de condições e de representação. Nenhum gênero pode ser tratado com vantagem sobre o outro.

“O IV Encontro, realizado em 2013, inaugurou a campanha ‘Igualdade se planta na escola’, quando lançamos a primeira edição da revista Sinpro Mulher para debater política, reivindicações das mulheres da categoria e para que essa transformação comece a partir da sala de aula”, observa Vilmara Carmo.



Vilmara Carmo



Neliane Cunha

A EDUCAÇÃO NÃO SE CALARÁ!

CALENDÁRIO DE LUTAS

V MARCHA DAS MARGARIDAS
11 E 12 DE AGOSTO DE 2015

“Nós, Margaridas do campo, da floresta e das águas, marchamos em defesa da soberania alimentar, da sociobiodiversidade, da agricultura familiar e agroecologia. Não aceitamos reorientações na política econômica em favor do capital, nem queremos pagar pelos custos do ajuste fiscal.” (Trecho do Manifesto da Marcha das Margaridas 2015)

MARCHA DAS MULHERES NEGRAS
20 DE NOVEMBRO

“Nesta data vimos visibilizar a incidência do racismo e do sexismo em nossas vidas, assim como as nossas estratégias de sobrevivência, nosso legado ancestral e nossos projetos de futuro e afirmar que a continuidade de nossa comunidade, da nossa cultura e dos nossos saberes se deve única e exclusivamente, a nós, mulheres negras.” (trecho do Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015)

X CTE PAULO FREIRE
27 A 30 DE AGOSTO

O Congresso objetiva ressaltar valores, princípios imprescindíveis à sociedade brasileira, como democracia, Justiça social, a igualdade racial, igualdade entre homens e mulheres e o respeito a diversidade cultural, religiosa e sexual. Na compreensão de que esses princípios não estão postos, mas que faz parte do projeto incansável dos e das educadoras lutarem por uma sociedade que os exerça plenamente.

IV CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
15 A 18 DE MARÇO DE 2016

Com o tema “Mais direitos, participação e poder para as mulheres”, será dividida em quatro eixos temáticos: efetivação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres em sua diversidade e especificidades; estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal; sistema político com participação das mulheres e igualdade; e Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres.

16 DIAS DE ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA
CONTRA AS MULHERES

Entre os dias 25 de novembro e 10 de dezembro, ocorrem quatro datas significativas na luta pela erradicação da violência contra as mulheres e a garantia dos direitos humanos.

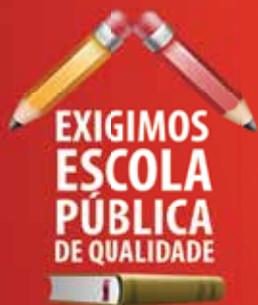
Professoras e professores, sua participação na luta e nas atividades promovidas pelo Sinpro-DF e pelo movimento sindical cutista é importante

A EDUCAÇÃO PRECISA AVANÇAR

Falta pouco para o Distrito Federal ter um
Plano Distrital de Educação (PDE).

Construído com a participação da sociedade,
o projeto de lei precisa ser votado pela Câmara
Legislativa. A hora é agora de lutarmos por uma
política educacional que prioriza a qualidade
e também a valorização dos seus profissionais.
A educação pública que queremos depende de nós.

PDE JÁ!



www.sinprodf.org.br | facebook.com/sinprodf